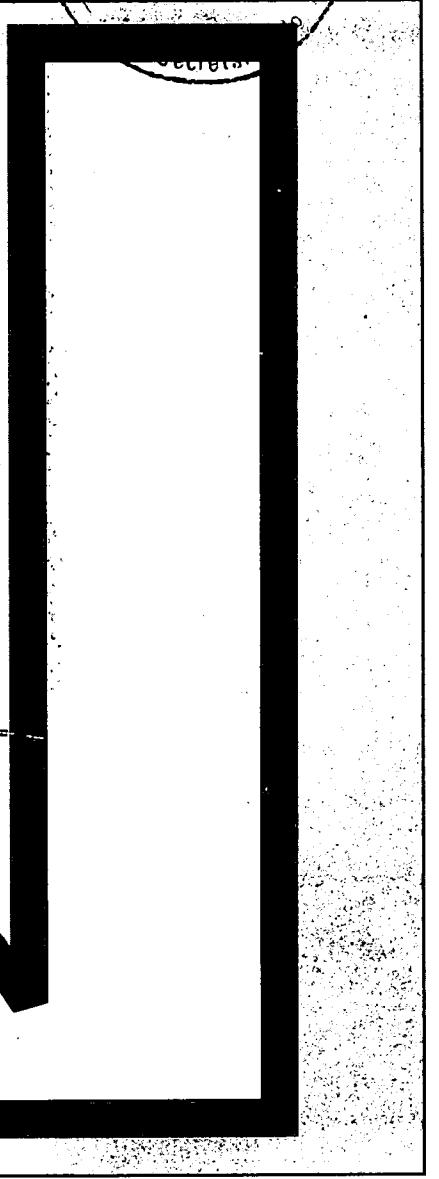


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - N° 625

SÁBADO, 27 DE FEVEREIRO DE 1999

BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>	3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> <i>Vago</i> <i>Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>Vago</i> <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Lider <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Vice-Lideres <i>José Roberto Arruda – PSDB – DF</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i>	LIDERANÇA DO PMDB Lider <i>Jader Barbalho</i> Vice-Lideres <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i>	LIDERANÇA DO PSDB Lider <i>Sergio Machado</i> Vice-Lideres <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>Vago</i>
LIDERANÇA DO PFL Lider <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Lideres <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Lider <i>Marina Silva</i> Vice-Lideres <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PPB Lider <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Lider <i>Vago</i>
		LIDERANÇA DO PTB Lider <i>Arlindo Porto</i> <i>Atualizada em 26-2-99</i>

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Atos <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 4ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 6, de 1999, de autoria do Senador José Agripino e outros Senadores, que altera o art. 12 da Resolução nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta alínea ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.....

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 51, de 1999, de 23 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o Relatório da Execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, com informações relativas aos pagamentos de principal e juros ocorridos de novembro de 1998 a janeiro de 1999 (Anexo ao Diversos nº 34, de 1997, e, em cópia, à Resolução nº 51, de 1997). À Comissão de Assuntos Econômicos.....

Prejudicialidade dos Ofícios nºs S/72, de 1996, e S/20, de 1998, em atendimento aos Ofícios nºs 47 e 51, de 1998, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Ao Arquivo.....

Arquivamento das Consultas nºs 2 e 3, de 1988; 1, de 1997; Consulta s/nº, de 1994, referente a conclusões da CPI do Orçamento; e Consulta s/nº, de 1991 – CN, referente ao art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Arquivamento dos Diversos nºs 1, de 1988; 13, de 1991; 5, 7, 8, 9 e 11, de 1992; 2, de 1993; 20, 22, 224 e 231, de 1994; 35, 37, 83, 101, 106, 107, 111, 119, 121, 123, 126 e 134, de 1995; 6,

8, 14, 15, 18, 25, 43, 47, 61, 66 e 105, de 1996; 14, 51 e 60, de 1997; 3, 23, 37 e 39, de 1998; bem como, dos Diversos s/nºs de 1987 e 1990....

03754

Arquivamento do Ofício nº 201, de 1991 – CN; Diversos nºs 18, de 1991; 50, de 1995; 60 e 107, de 1996; e 18, de 1998.....

03754

1.2.3 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre a Medida Provisória nº 1.803-1, de 1999, que estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira e dá outras provisões.....

03755

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciada pelo Senado Federal, no período de 22 a 28 de fevereiro de 1999, e correspondência expedida.....

03757

3 – PARECERES

Nº 68, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 74, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil..

03765

Nº 69, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 77, de 1999, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.....

03766

Nº 70, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 78, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Edison Bernardes dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.....

03767

Nº 71, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 79, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Carlos Alvarez para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.....

03767

Nº 72, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 80, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Fernando Figueiredo para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

03768

Nº 73, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 81, de 1999,

03751

03753

03754

03754

03754

que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.....

4 – ATA DE COMISSÃO

Audiência pública da Comissão Temporária Interna, criada através do Requerimento nº 392, de 1998, destinada a verificar os efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil e região do polígono das secas do Estado de Minas Gerais, acompanhar e inspecionar, *in loco*, a execução de medidas emergenciais promovidas pelo Governo Federal, indicar a adoção de providências que pareçam oportunas e elaborar as diretrizes de um plano de ação para implementação de políticas públicas a ser encaminha-

03769

do ao Poder Executivo, realizada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, em 18 de setembro de 1998.....

03770

5 – ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 2, de 1999.....

03795

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 825, de 1999 (República).....

03796

Nºs 856 a 871, de 1999,

03797

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****9. – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 4^a Sessão Não Deliberativa em 26 de Fevereiro de 1999

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 51^a Legislatura

Presidência do Sr.: Antonio Carlos Magalhães

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr.

1º Secretário, Senador Rondon Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 6 , DE 1999

Altera o art.12 da Resolução nº 78, de 1998, que "Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências".

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 12 da Resolução nº 78, de 1998, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 12. A dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, poderá ser paga em até trinta anos, em parcelas mensais e sucessivas, nos termos de contrato que vier a ser firmado entre a União e a respectiva unidade federada.

§ 1º A obtenção do refinanciamento de que trata o **caput** deste artigo, para os títulos emitidos para o pagamento de precatórios judiciais, é condicionado à comprovação, pelo emissor, da regularidade da emissão, mediante apresentação de documentação demonstrando a existência dos precatórios em 05 de outubro de 1988 e seu enquadramento no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como a efetiva utilização dos recursos captados em emissões similares, anteriormente autorizadas pelo Senado Federal, no pagamento de precatórios definidos pelo citado dispositivo constitucional.

§ 2º Os títulos públicos emitidos para pagamentos de precatórios judiciais, no termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e que não cum-

prirem o disposto no parágrafo anterior, sómente poderão ser refinanciados para pagamento em dez anos, em parcelas mensais e sucessivas."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Resolução nº 78/79, ao tratar da questão do refinanciamento pela União, da dívida mobiliária dos Estados e Municípios impôs condições para alguns casos que, na prática, inviabilizam uma solução definitiva para o problema.

Aprovada pelo Senado Federal, a referida resolução surgiu do exaustivo e profícuo trabalho da CPI dos precatórios que teve um papel preponderante na identificação das fraudes cometidas por algumas administrações inescrupulosas e concluiu por proibir, definitivamente, a emissão de títulos públicos para pagamentos de precatórios.

A despeito da intenção moralizadora dos dispositivos nela constantes, verifica-se, na prática, a necessidade de se alterar o artigo 12 da Resolução nº 78/98 a fim de que Estados e Municípios possam cumprir seus compromissos, sem sacrificar programas, às vezes, até prioritários para a população.

É sabido que alguns Estados e Municípios vão questionar, na Justiça, a procedência e a obrigatoriedade do pagamento desses títulos. No caso de a Justiça decidir pela validade dos títulos, constatar-se-á a situação de absoluta incapacidade de muitos Estados e Municípios resgatarem, à vista, os referidos títulos.

O § 3º do art. 12 da citada Resolução, ao estabelecer que os títulos públicos emitidos após 13 de dezembro de 1995 deverão ser resgatados no seu vencimento, impossibilitando o seu refinanciamento, não previu que determinados Estados e Municípios, devido à sua precária condição econômico-financeira, resultarão insolventes, e, consequentemente, in-governáveis. Resultado, títulos emitidos para pagar precatórios vão gerar novos precatórios.

Além do mais, Estados e Municípios são geridos por administrações que se sucedem e não é jus-

to que erros cometidos por um mau administrador, no passado, inviabilizem administrações posteriores.

É preciso também esclarecer o seguinte: segundo dados extraídos do Relatório do Banco Central, traduzindo a situação vigente em novembro de 1997, o total de títulos registrados para pagamento de precatórios alcançava o valor de 12.464.000.000. Desse montante, aproximadamente 10.700 milhões poderiam ser refinanciados e 1.750 milhões estariam impedidos de obter refinanciamento, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 12 da Res. nº 78/98. Como entendemos que não se pode dar tratamento desigual a casos isonômicos, é que propomos um tipo único de refinanciamento para os títulos em apreço.

O presente Projeto de Resolução tem o objetivo de, à luz dos argumentos expendidos, abrir perspectivas para que Estados e Municípios possam honrar seus compromissos, inclusive aqueles assumidos por administrações anteriores.

Entendo ser oportuna a apreciação desta matéria no momento em que o País está firmemente decidido a promover o definitivo ajuste fiscal em todos os níveis, principalmente ampliando o prazo para resgate desses títulos, com vistas à retomada de seu desenvolvimento e assegurar a sua governabilidade.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para aprovação deste Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 1999.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 33. Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.

Parágrafo único. Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento do disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispendio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.

(*) RESOLUÇÃO N° 78, DE 1998

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Art. 12. A dívida mobiliária dos Estados e do Distrito Federal, objeto de refinanciamento ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a dos Municípios poderá ser paga em até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, nos termos de contrato que vier a ser firmado entre a União e a respectiva unidade federada.

§ 1º A obtenção do refinanciamento de que trata o caput para os títulos públicos emitidos para o pagamento de precatórios judiciais é condicionada à comprovação, pelo Estado ou pelo Município emissor, da regularidade da emissão, mediante apresentação de certidão a ser expedida pelo Tribunal de Contas a que esteja jurisdicionado, acompanhada de toda a documentação necessária, comprovando a existência dos precatórios em 5 de outubro de 1988 e seu enquadramento no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como a efetiva utilização dos recursos captados em emissões similares, anteriormente autorizadas pelo Senado Fe-

deral, no pagamento dos precatórios definidos pelo citado dispositivo constitucional.

§ 2º Os títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e que não cumprirem o disposto no parágrafo anterior, somente poderão ser refinanciados para pagamento em cento e vinte parcelas iguais e sucessivas.

§ 3º Os títulos públicos emitidos após 13 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não são passíveis de qualquer refinanciamento, devendo ser resgatados em seu vencimento.

§ 4º As unidades federadas que tiverem suas dívidas mobiliárias refinanciadas pela União, não mais serão autorizadas a emitir novos títulos.

CAPÍTULO IV Da Instrução dos Pleitos

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 1999

Acrescenta alínea ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da alínea h, com a seguinte redação:

"Art. 8º

.....

.....

.....

h) às despesas efetuadas com a aquisição de livros e com a assinatura de jornais e revistas." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei, que reedita os termos do PLS nº 149/96, que apresentei na legislatura passada, visa ao aperfeiçoamento da legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, incentivando-as à leitura.

A possibilidade de as pessoas físicas deduzirem, na declaração anual de rendimentos, as despesas com a compra de livros e com a assinatura de jornais e revistas, constituirá poderoso estímulo ao incremento de leitores no Brasil e, por conseguinte, à formação consciente do nosso povo.

Próximo de completar 500 anos de seu descobrimento, o Brasil, ou melhor, sua elite, ainda não descobriu que o desenvolvimento de qualquer país tem a educação como base. A educação é o espelho de uma cultura. E a educação tem na palavra o meio indispensável para a formação, o desenvolvimento e a expansão de uma cultura.

Em todas as nações modernas, educação e cultura formam o léxico que estrutura – com objetividade – a vida e o espírito de um povo. A estruturação desse léxico foi essencial ao desenvolvimento dos países que estão, hoje, no Primeiro Mundo. E isso só foi possível com o apoio decidido do Estado às iniciativas empresariais que utilizam a palavra como matéria-prima.

A atividade empresarial da palavra deve, portanto, ser reconhecida como instrumento poderoso no processo de revigoramento e alavancagem, ora pretendida, da educação na sociedade brasileira. As empresas que sobrevivem da palavra impressa precisam ter, por parte do Estado brasileiro, esse necessário e urgente reconhecimento e incentivo.

Os livros, as revistas e os jornais – a atividade editorial e a atividade jornalística – não podem ser subtraídos de um esforço social, realmente sério, que tenha por objetivo modificar o perfil da educação brasileira.

Dez milhões de brasileiros declaram Imposto de Renda, todos os anos. E o mercado editorial brasileiro é formado por pouco mais de três milhões de leitores.

O presente projeto de lei tem o objetivo de corrigir essa insensata e cruel disparidade.

Visa-se, pois, não apenas animar o mercado editorial brasileiro, mas beneficiar, intensamente, a atividade jornalística no Brasil, baseando-a, cada vez mais, no leitor mais consciente, porque mais atualizado e informado. Com isso, será fortalecida a consciência democrática do nosso povo.

É o que se pretende, com o presente projeto de lei, que submetemos à apreciação dos ilustres pares, de quem se esperam acolhida e, se possível, sugestões para seu aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 1999. –
Senador Lúcio Alcântara.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências.

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

II – das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$1.700,00 (um mil e setecentos reais);

c) à quantia de R\$1.080,00 (um mil e oitenta reais) por dependente;

d) às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

e) às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

g) às despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os projetos lidos serão publicados e remetidos à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A Presidência recebeu do Ministro de Estado da Fa-

zenda, o Aviso nº 51/99, de 23 do corrente, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 57, de 1995, alterada pela Resolução nº 51, de 1997, ambas do Senado Federal, o Relatório da Execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, com informações relativas aos pagamentos de principal e juros ocorridos de novembro de 1998 a janeiro de 1999.

O expediente, anexado ao processo do Diversos nº 34, de 1997, e, em cópia, ao da Resolução nº 51, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência comunica ao Plenário que, em atendimento aos Ofícios nºs 47 e 51, de 1998, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, declara prejudicados os Ofícios nºs S/72, de 1996, e S/20, de 1998, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno.

As matérias vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência, nos termos do art. 334, I e II, do Regimento Interno, remete ao Arquivo as seguintes matérias:

- Consultas nºs 2 e 3, de 1998; e nº 1, de 1997;
- Consulta sem número, de 1994, referente a conclusões da CPI do Orçamento; e
- Consulta sem número, de 1991-CN, referente ao art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência, nos termos do Regimento Interno, remete ao Arquivo as seguintes matérias:

- Processado do Diversos nº 1, de 1988;
- Processado do Diversos nº 13, de 1991;
- Processados dos Diversos nºs 5, 7, 8, 9 e 11, de 1992;
- Processado do Diversos nº 2, de 1993
- Processados dos Diversos nºs 20, 22, 224 e 231, de 1994;
- Processados dos Diversos nºs 35, 37, 83, 101, 106, 107, 111, 119, 121, 123, 126 e 134, de 1995;
- Processados dos Diversos nºs 6, 8, 14, 15, 18, 25, 43, 47, 61, 66 e 105, de 1996;
- Processados dos Diversos nºs 14, 51 e 60, de 1997;
- Processados dos Diversos nºs 3, 23, 37 e 39, de 1998; bem como os Diversos sem números de 1987 e 1990.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência comunica ao Plenário que remeteu ao Arquivo as seguintes matérias:

- Ofício nº 201, de 1991-CN;
- Diversos nº 18, de 1991;
- Diversos nº 50, de 1995;
- Diversos nº 60, de 1996;
- Diversos nº 107, de 1996; e
- Diversos nº 18, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Srs. Senadores, devido ao interesse do Plenário

em participar da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos em que será argüido o futuro Presidente do Banco Central, a Presidência vai encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. Senador Alvaro Dias enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, traz-me a esta tribuna a Medida Provisória nº. 1.803-1, de 28 de janeiro de 1999, ora sob o exame do Congresso Nacional, e que "estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira e dá outras providências". Sua oportunidade regimental para apreciação deverá expirar-se em 27 de fevereiro em curso.

Ora, obriga-me um dever de consciência para com o meu País, para com unidades federadas irmãs e, especialmente, para com o Paraná, Estado que aqui me cabe a honra de representar, trazer ao crivo deste Plenário considerações de grave cunho, respeitantes ao objeto da referida Medida Provisória.

Esta, sob o escopo de estabelecer normas para a ratificação de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados, localizadas na extensão de 150 km a partir das nossas linhas divisórias fronteiriças, permite, em verdade, à Administração Pública apropriar-se de terras, ainda que produtivas, para fins de distribuição agrária. Elide do processo o intocável instituto constitucional da ampla defesa ao direito lesado ou ameaçado. Trata de forma díspar os produtores rurais. Enfim, cria ambigüidade legal para que o Incra promova o mais brutal confisco de terras no País.

Estatui, pois, de plano, a norma:

"Fica estabelecido o prazo de dois anos, contados de 1º de janeiro de 1999, para que detentor de título de alienação ou concessão de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira de até cento e cinqüenta quilômetros, ainda não ratificado, requeira ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a ratificação de que trata o art. 5º, § 1º, da Lei nº. 4.947, de 6 de abril de 1966, observado o disposto no Decreto-Lei nº. 1.414, de 18 de agosto de 1975.

Também preconiza: "somente será possível a ratificação de título cuja exploração do imóvel atenda, simultaneamente, aos requisitos da função social da propriedade,

nos termos da Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993."

Ao aqui se fundir, no corpo da norma em comento, quesito da Lei nº. 8.629/93, passa-se a exigir mais do que o faz a Constituição Federal vigente para o instituto da desapropriação por interesse social. A Carta Peninsular, em seu art. 185, torna insusceptível de desapropriação, para fins de reforma agrária, a propriedade rural produtiva, de média e pequena extensão, desde que o proprietário outra não possua. Embora, em dispositivo ulterior, faça a Carta Maior alusão à função social dessa propriedade, não a vincula, em nenhuma hipótese, ao instituto expropriatório.

Intenta, então, está claro, a Administração Federal mais do que a ratificação de títulos e concessões. Cria forma própria de dispor das terras fronteiriças, mesmo que produtivas, para a finalidade da reforma.

Estabelece, ainda, essa Medida Provisória que, decorridos os dois anos de prazo concedidos para a ratificação, declarada será a nulidade do título de terra, viciosamente concedido, sem a chancela do Serviço do Patrimônio da União; cancelado será o seu registro e requerido será este em nome da União, no competente Registro de Imóveis. Quanto a tais normas, estas simplesmente passam a desconhecer cláusulas pétreas da Constituição Federal que garantem a apreciação, pelo Poder Judiciário, de lesão a direito ou ameaça, e que impossibilitam a privação de bens sem o devido processo legal.

Consideremos mais: a União fere frontalmente a Carta Magna, quando propõe nos arts. 2º e 3º da MP em causa procedimento sumário para a expropriação das terras situadas em faixa fronteiriça. Está, dessa forma, tratando de procedimento processual, quando aquele diploma maior, em seu art. 184, preceitua ser este, no caso específico a que se alude, objeto exclusivo de Lei Complementar.

Atingidos por esse Diploma Legal serão, de fato, os Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Nestes, há títulos de alienação e concessão, na chamada faixa fronteiriça, concedidos sem a anuência do SPU – Serviço de Patrimônio da União, nas décadas de 1930-1940. Caberia, assim, aos Estados proceder, à época, à arguição de assentimento daquele organismo. No entanto, os produtores rurais obtentores das referidas terras em faixa de fronteira com países vizinhos fizeram-se, como assim os contempla o Direito, adquirentes de boa-fé.

Destaco o Paraná, para exemplificação das consequências desastrosas que lhe pode acarretar a Medida Provisória 1.803/99, quais sejam:

Atingidas serão cerca de 40 mil propriedades rurais, pequenas, médias e grandes, passíveis de ratificação, espalhadas pelo Oeste, Sudoeste e parte do Noroeste do Estado. O Incra poderá atingi-las, a seu juízo, com desapropriação combinada com ação sumária anulatória, sem o pagamento do valor da terra nua aos eventuais desapropriados.

Sob o âmbito do cumprimento da função social, quase todas as propriedades rurais serão passíveis de anulação dos seus documentos de posse, pois, mesmo produtivas, lhes será provocado o processo anulatório se verificada a inexistência *in locu* da reserva legal e das matas ciliares.

Sob o prisma da equidade social, essa Medida Provisória patrocina inaceitável distorção no tratamento aos produtores rurais por ela envolvidos, em nome da reforma agrária. Enquanto para as propriedades fora da faixa de fronteira exige-se serem apenas produtivas, às que se circunscrevem à faixa exige-se o cumprimento integral da função social, pelo fato de seus proprietários serem, repito, adquirentes de boa-fé, tendo em vista eventuais atos viciosos, praticados pelo Estado nas décadas de 1930-1940. Enquanto para aquelas propriedades são indenizados os valores da terra nua, para estas tal resarcimento é negado.

Quanto aos financiamentos agrícolas, instaurar-se-á clima de pânico e de incerteza, notadamente, quanto às garantias reais. Em grande parte dos casos, por força da anulatória dominial, tais garantias deixarão de existir.

Estas são apenas algumas das graves implicações que intenta acarretar ao meu Estado, a estados irmãos, ao País, o instituto ora sob a análise do Congresso Nacional.

Ora, Sr. Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores:

Que não me assista a razão na totalidade dos argumentos espraiados. Que não me assista extraordinário talento da verve romana, capaz de convencê-los de pronto. Que não me assista, hoje, um momento feliz para carrear-lhes a simpatia pelo exposto. Ainda assim, cabe a nós congressistas o dever de refletir, com profundidade, sobre o cabimento de matéria tão complexa, cujos resultados ao Brasil, poderão ser dos mais funestos.

Falo de produção, de riquezas, de divisas carreadas por essas propriedades rurais ao País. Trato não de terras ociosas, mas, sim, de glebas produtivas. Aliás, discorremos sobre terras férteis, as melhores, banhadas em sua maioria por grandes rios, dada a

sua estratégica localização geográfica. E serão essas propriedades, atentem os Senhores, aquelas eleitas para confisco, em função de distribuição agrária.

Louvo a constante preocupação do Governo Federal com o instituto da Reforma Agrária. Cumpre seu dever para com a devida observância da justiça social. Deve fazê-lo e é bom que o faça. Todavia, assim não ajuda em detrimento da economia do País, abrangendo áreas, onde campeiam a experiência e o sucesso produtivo.

Atravessa o Brasil intempéries econômico-sociais já suficientemente graves: decréscimo do nosso Produto Interno Bruto, cujos setores integrantes de cálculo, obtiveram, na sua totalidade, variações negativas; queda nos índices de produção agropecuária e industrial, queda da renda *per capita* nacional. Não exponhamos a Nação brasileira a mais esta vergasta, de certo, incontornável.

Concedamos a nós mesmos, em nome da justiça social, do bom-senso, da grande responsabilidade que envergamos, como personalidades investidas do dever e do poder de legislar sobre os destinos do nosso País, tempo e oportunidade para refletir, sem afogadilho, sobre matéria tão decisiva e complexa, dados os seus fins e sérias implicações pertinentes não só, se pouco fosse, a quatro estados federativos, mas ao Estado soberano.

Cabe-nos tal faculdade, pois não trata a Medida Provisória nº 1.803/99 de matéria de extrema urgência, conquanto de relevância o seja. Afinal, esses dois requisitos legitimadores da edição da medida provisória, fixados no art. 62 da Constituição, não podem ser considerados isoladamente. Só será legítima a medida provisória se, em concomitância, as razões de urgência e relevância se fizerem presentes. Há, portanto, exigência conjunta e não alternativa da situação premente e de importância excepcional. Onde se tipifica a urgência dessa matéria? Em que ponto reside o *periculum in mora* próprio das medidas cautelares? Ademais, constitucionalmente, é questão processual, a ser tratada em lei complementar.

Erguem-se, a favor de uma maior e mais detida reflexão do Congresso Nacional sobre o instituto em tela, o equilíbrio e a justiça social, a produtividade em larga escala emanada, por exemplo, das áreas aqui tratadas e respeitantes ao Estado do Paraná, que verbera por justiça, pelo benefício de maior detenção por parte do Legislativo brasileiro sobre o instituto a que se faz referência.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9 horas e 2 minutos.)

(OS 10851/99)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Resenha das matérias apreciadas
de 22 a 28 de fevereiro de 1999**

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

(Art. 269, II, do Regimento Interno)

PROJETO APROVADO E ENVIADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal.....	1
Total.....	1

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 1999.

Sessão: 23.02.99

PROJETO APROVADO E ENVIADO À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal.....	1
Total.....	1

Projeto de Resolução nº 3, de 1999, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a contratar operação de crédito, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, tendo como garantidor a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial.

Sessão: 25.02.99

MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 221, de 1998 (nº 983/98, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer a de Embaixador do Brasil junto a Granada.

Sessão: 24.02.99

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 227, de 1998 (nº 973/98, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer a de Embaixadora do Brasil junto à República do Casquistão.

Sessão: 24.02.99

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 247, de 1998 (nº 1.347/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Ricardo Drummond de Mello, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

Sessão: 24.02.99

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 26, de 1999 (nº 1.624/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Gilda Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à República da Guatemala.

Sessão: 24.02.99

MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS E ENVIADAS AO ARQUIVO

De iniciativa do Senado Federal.....	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	2
Total.....	3

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1985 (nº 77/84, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Recomendação 131, referente a aposentadorias por invalidez e por velhice e pensões por morte, adotada na quinquagésima primeira sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1967.*

Sessão: 23.02.99

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1992, que *susta a aplicação do "caput" do art. 13 da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.*

Sessão: 23.02.99

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1995 (nº 100/91, na Casa de origem), que *revoga o parágrafo único do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.*

Sessão: 25.02.99

MATÉRIAS ARQUIVADAS

De iniciativa do Senado Federal.....	3
De iniciativa do Governo do Pará	2
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
Total.....	6

Diversos nº 1, de 1995-CN, do Senador Eduardo Suplicy, que *suscita questão de ordem, na Sessão Conjunta de 26 de outubro de 1995, sobre pedido de verificação de cotação no Senado.*

Sessão: 23.02.99

Indicação nº 1, de 1996, da Senadora Emília Fernandes e outros senhores Senadores, que *sugerem seja objeto de estudo pela Comissão de Relações*

Exteriores e Defesa Nacional o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a República Popular e Democrática da Coréia.

Sessão: 23.02.99

Consulta nº 1, de 1996, do Senador Epitácio Cafeteira, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre questão de ordem levantada pelo signatário, com relação à nova proporcionalidade partidária, ainda não estabelecida, questionando como o Partido Progressista Brasileiro - PPB, no Senado Federal, atualmente com 6 (seis) senadores, ficará representado nas comissões permanentes, e qual é a distribuição numérica das comissões permanentes.

Sessão: 23.02.99

Ofício nº "S"/16, de 1976, do Governo do Pará, solicitando autorização do Senado Federal, para alienar à Companhia Agro-Pecuária Rio Araguaia-Capra, 10 (dez) glebas de terras devolutas, situadas no interior daquele Estado.

Sessão: 23.02.99

Ofício nº "S"/1, de 1986, do Governo do Pará, que solicita autorização do Senado Federal para alienar uma área de terras devolutas do Estado, de aproximadamente 9.000 ha., situada no município de Acará.

Sessão: 23.02.99

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1997 (nº 1.207/91, na Casa de origem), que altera o § 4º do art. 4º da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, dando maiores possibilidades de correção do mosto em fermentação.

(Arquivada nos termos do art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 25.02.99

OUTRAS DELIBERAÇÕES

Requerimento nº 33, de 1999, da Senadora Emilia Fernandes e outras senhoras Senadoras, solicitando, nos termos regimentais, a realização de Sessão Especial conjunta no dia 10 de março próximo, pela manhã, para comemoração do Dia Internacional da Mulher, que transcorre no dia 8 de março.

Sessão: 23.02.99

Requerimento nº 36, de 1999, do Senador Ramez Tebet, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Sullivam Silvestre, ex-Presidente da Funai.

Sessão: 23.02.99

Requerimento nº 44, de 1999, do Senador Edison Lobão e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Maranhão, Ivar de Figueiredo Saldanha.

Sessão: 24.02.99

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(22 a 28 de fevereiro de 1999)**

Deliberativas ordinárias	3
Não Deliberativa	1
Total	4

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(22 a 28 de fevereiro de 1999)**

MATÉRIAS APROVADAS.....6

Projeto aprovado e enviado à Câmara dos Deputados 1

Projetos aprovados e enviados à promulgação 1
• *Operações de crédito* 1

Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas 4

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO9

Matérias declaradas prejudicadas 3

Matérias arquivadas 6

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS.....15

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of. SF nº 94/99	Senador Lúdio Coelho, Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Encaminha o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1999 (nº 717/98, na Câmara dos Deputados).
Of. SF nº 95/99	Senador Lúdio Coelho, Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Encaminha o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1999 (nº 718/98, na Câmara dos Deputados).
Of. SF nº 86/99	Deputado Vivaldo Barbosa	Encaminha cópia autenticada do Parecer nº 666, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 275, de 1998 (nº 1.516/98, na origem).
Of. SF nº 105/99	Ministro Relator Bueno de Sousa – Superior Tribunal de Justiça	Encaminha cópias de Relatório da CPI dos Títulos Públicos e informa que os programas desenvolvidos para aquela CPI, referentes à quebra de sigilo telefônico, encontram-se à disposição dos peritos da Polícia Federal no Prodases.

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of. SGM nº 73/99	Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados	Solicita seja encaminhada a esta Secretaria-Geral o cálculo da proporcionalidade partidária dos representantes da Câmara dos Deputados prevista para a presente sessão legislativa, nos termos das Resoluções nºs 1, de 1989-CN (medidas provisórias) e 3, de 1995-CN (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização).
Of. SGM nº 87/99	Diretor-Geral do Senado Federal	Encaminha os Processos do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC nºs 010233/98-9 (Relatório dos meses de abril e maio de 1998), 010772/98-7 (Relatório dos meses de maio e junho de 1998), 012196/98-3 (Relatório dos meses de junho e julho de 1998), 014184/98-2 (Relatório do mês de agosto de 1998), 014967/98-7 (Relatório do mês de setembro de 1998), 015263/98-3 (Relatório do mês de outubro de 1998), 016797/98-1 (Relatório do mês de novembro de 1998), 001025/99-6 (Relatório do mês de dezembro de 1998) e 002546/99-0 (Relatório do mês de dezembro de 1998 e o balanço patrimonial do exercício de 1998).

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of. SGM nº 90/99	Primeiro-Secretário do Senado Federal	Encaminha, para composição do Relatório Anual daquela Primeira-Secretaria, a relação das atividades desenvolvidas pela Secretaria-Geral da Mesa, bem como pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal durante o exercício de 1998.
Of. SGM nº 91/99	Diretor-Geral do Senado Federal	Encaminha os relatórios de atividades da Secretaria-Geral da Mesa, bem como da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, referentes aos exercícios de 1997 e 1998.
Of. SGM nº 95/99	Diretor da Subsecretaria de Arquivo	Encaminha original da Mensagem do Senhor Presidente da República de Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.
Of. SGM nº 96/99	Diretora-Executiva do Prodasen	Encaminhando cópia de Ofício do Presidente do Senado que disponibiliza para peritos da Polícia Federal programas desenvolvidos pelo Prodasen para a CPI dos Títulos Públicos, referentes à quebra do sigilo telefônico.

PARECERES**PARECER Nº 68, DE 1999**

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 74, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 26 de fevereiro de 1999, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Ney Suassuna sobre a Mensagem nº 74, de 1999, opina pela aprovação da indicação do Senhor Armínio Fraga Neto, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, por 21 (vinte e um) votos favoráveis e 6 (seis) contrários.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.
 – Fernando Bezerra, Presidente – Ney Suassuna, Relator – Romero Jucá – Jorge Bornhausen – José Fogaça – Edison Lobão – Antero Paes de Barros – Romeu Tuma – Jonas Pinheiro – Luiz Estevão – José Alencar – Jefferson Péres – Eduardo Suplicy – Freitas Neto – Pedro Simon – Paulo Souto – José Roberto Arruda – Osmar Dias – Sérgio Machado – Maguito Vilela – Gilberto Mestrinho – Carlos Bezerra – José Eduardo Dutra – Roberto Saturnino – Lauro Campos – Bello Parga – Luiz Otávio.

Relator: Senador Ney Suassuna

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou, em 3 de fevereiro do corrente ano, mensagem ao Senado Federal submetendo a indicação do Sr. Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme o disposto no inciso XIV, do art. 84, combinado com a letra d, do inciso III, do art. 52, da Constituição Federal.

Como já repetidamente enfatizado nesta Comissão, a ocupação do cargo de Presidente do Bacen pressupõe o cumprimento de determinados requisitos básicos, quais sejam:

- a) reputação ilibada;
- b) profundo conhecimento sobre questões econômicas;
- c) conhecimento sobre as práticas da administração pública.

Quanto ao primeiro requisito, o professor Armínio Fraga Neto caracterizou-se em sua vida pública, quando da ocupação do cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil pela lisura no trato dos assuntos públicos, bem como pela busca inequívoca de atender aos princípios da Administração Pública, resguardando seus interesses, não constando nenhuma restrição a seus atos no Tribunal de Contas da União - TCU.

O atendimento ao segundo requisito emana de sua própria formação acadêmica. Após obter o bacharelado em Economia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, prosseguiu em seu aperfeiçoamento acadêmico, obtendo o título de mestre pela mesma universidade. A fim de ampliar o seu conhecimento econômico, tornou-se, também, Doutor em Economia pela Universidade de Princeton, Estados Unidos da América - EUA (1985).

Deve-se enfatizar que dedicou-se fundamentalmente a lecionar, tendo sido professor simultaneamente da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (1985 até 1988), Professor Assistente visitante do Departamento de Finanças da Universidade da Pensilvânia - EUA (1988-1989) e Professor Adjunto de Assuntos Internacionais da Universidade de Columbia - EUA (1993 até 1999).

O professor Armínio Fraga Neto apresenta em seu currículo 10 publicações acadêmicas relevantes para a compreensão dos fenômenos econômicos, devendo-se destacar estudos sobre as crises internacionais, bem como o desempenho de bancos centrais latino-americanos.

No que diz respeito ao terceiro requisito, devemos destacar que, embora tenha tido rápida passagem na Administração Pública em cargo do mesmo Banco Central, teve participação eficiente no gerenciamento nos instrumentos públicos típicos da autoridade monetária no controle de especulações cambiais. Isto tudo em um momento em que a economia brasileira passava por processos de reinserção na economia internacional.

Entre 1993 e 1999, exerceu a atividade de Diretor-Gerente da Soros Fund Management, em Nova Iorque (EUA). Com isto, pode ampliar consideravelmente o seu conhecimento prático não só sobre o funcionamento do Sistema Financeiro Mundial, como também avaliar suas limitações e consequências.

Em recente prefácio à edição brasileira do livro **A crise do capitalismo**, de George Soros, o emi-

nente professor Armínio Fraga Neto enfatizou com agudeza os limites de gerenciamento das políticas econômicas dos países emergentes, bem como as prejudiciais consequências de práticas que, embora visem ao ajuste das disfunções, acabam por gerar pesado ônus econômico aos mesmos países. Contudo, sempre destacando a importância de que os países que desejam atingir a estabilidade monetária de forma estrutural devem instituir mecanismos de equilíbrio fiscal permanente.

É o relatório.

II – Voto

A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. Armínio Fraga Neto obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, notório conhecimento econômico, como experiência prática nas questões relacionadas à Administração Pública.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, voto que o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.

– **Fernando Bezerra** – Presidente – **Ney Suassuna** – Relator.

PARECER Nº 69, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 77, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 26 de fevereiro de 1999, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Ney Suassuna sobre a Mensagem nº 77, de 1999, opina pela aprovação da indicação do Senhor Daniel Luiz Gleizer, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 24 (vinte e quatro) votos favoráveis e 3 (três) contrários.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.

– **Fernando Bezerra**, Presidente, **Ney Suassuna**, Relator, **Osmar Dias** – **Romero Jucá** – **José Fogaca** – **Pedro Simon** – **Edison Lobão** – **Eduardo Suplicy** – **Gilberto Mestrinho** – **Romeu Tuma** – **Jorge Bornhausen** – **Paulo Souto** – **Carlos Bezerra** – **Luiz Otávio** – **Jefferson Péres** – **José Roberto Arruda** – **Sérgio Machado** – **José Alencar** – **Jonas**

Pinheiro – **Freitas Neto** – **José Eduardo Dutra** – **Antero de Paes e Barros** – **Roberto Saturnino** – **Luiz Estevão** – **Marina Silva** – **Bello Parga** – **João Alberto Souza**.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou, em 22 de fevereiro do corrente ano, mensagem ao Senado Federal submetendo a indicação do Sr. Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme o disposto no inciso XIV, do art. 84, combinado com a letra d, do inciso III, do art. 52, da Constituição Federal.

Conforme preceitua a Constituição Federal e a própria Lei nº 4.595, de 1964, que dispõe sobre a organização do Banco Central do Brasil, o primeiro requisito a ser analisado diz respeito à reputação ilibada do indicado. O Senhor Daniel Gleizer tem caracterizado-se em sua vida pública por princípios capazes de garantir plenamente o atingimento deste requisito.

No que diz respeito à formação acadêmica, após obter o bacharelado em Economia, com louvor, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984), prosseguiu em seu aperfeiçoamento acadêmico, obtendo o título de Mestre em Economia na Universidade de Illinois (1985). A fim de ampliar o seu conhecimento econômico, tornou-se, também, Doutor em Economia Internacional e Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Berkeley; Estados Unidos da América – EUA (1990).

O Senhor Daniel Gleizer apresenta em seu currículo inúmeras publicações acadêmicas relevantes, principalmente no que diz respeito ao funcionamento da economia internacional, contribuindo, destarte, para a compreensão destes fenômenos econômicos.

Além do mais, deve-se registrar que o economista Daniel Gleizer apresenta experiência profissional prática em várias instituições financeiras privadas, conhecendo o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e internacional, tendo inclusive trabalhado no Fundo Monetário Internacional (1991-1996), nas áreas relacionadas à Europa, bem como na área de câmbio e relações comerciais.

É o relatório.

II – Voto

A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. Daniel Luiz Gleizer obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo

Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, bem como notório conhecimento econômico.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, voto que o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.
– Fernando Bezerra, Presidente – Ney Suassuna, Relator.

PARECER Nº 70, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 78, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Edison Bernardes dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 26 de fevereiro de 1999, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Ney Suassuna sobre a Mensagem nº 78, de 1999, opina pela aprovação da indicação do Senhor Edison Bernardes dos Santos, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 24 votos favoráveis, 2 contrários e 1 (uma) abstenção.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.
– Fernando Bezerra, Presidente – Ney Suassuna, Relator – Osmar Dias – Luiz Otávio – Romero Jucá – Sérgio Machado – José Alencar – José Roberto Arruda – Carlos Bezerra – Edison Lobão – Paulo Souto – Jonas Pinheiro – José Fogaça – Jorge Bornhausen – Eduardo Suplicy – Romeu Tuma – Freitas Neto – José Eduardo Dutra – Roberto Saturnino – Luiz Estevão – Marina Silva – Bello Parga – Jefferson Péres – Gilberto Mestrinho – Pedro Simon – Antero Paes de Barros – João Alberto Souza.

Relator: Senador Ney Suassuna

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou, em 22 de fevereiro do corrente ano, mensagem ao Senado Federal submetendo a indicação do Sr. Edison Bernardes dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme o disposto no inciso XIV, do art. 84, combinado com a letra d, do insiso III, do art. 52, da Constituição Federal.

Conforme preceitua a Constituição Federal e a própria Lei nº 4.595, de 1964, que "Dispõe sobre a organização do Banco Central do Brasil", o primeiro

requisito a ser analisado diz respeito à reputação ilibada do indicado. O senhor Édison Bernardes dos Santos tem caracterizado-se em sua vida pública por princípios capazes de garantir plenamente o atingimento deste requisito.

No que diz respeito à formação acadêmica, o indicado é formado em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB.

Além do mais, deve-se registrar que o Senhor Édison dos Santos exerce sua atividade profissional desde 1972 no Banco Central do Brasil, tendo ocupado diversas funções, principalmente na área administrativa, entre as quais merecem registro: Assessor do Gabinete do Presidente; Chefe da Divisão de Planejamento e Controle do Departamento de Normas do Mercado de Capitais; Subchefe de Gabinete do Presidente; Secretário-Executivo da Diretoria.

É o relatório.

II – Voto

A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. Édison Bernardes dos Santos obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, bem como notório conhecimento profissional em relação à administração pública.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, voto que o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.
– Fernando Bezerra, Presidente – Ney Suassuna, Relator.

PARECER Nº 71, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 79, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Carlos Alvarez para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 26 de fevereiro de 1999, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Ney Suassuna sobre a Mensagem nº 79, de 1999, opina pela aprovação da indicação do Senhor Luiz Carlos Alvarez, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 25 votos favoráveis, 1 (um) contrário e 1 (uma) abstenção.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.
 – **Fernando Bezerra**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Osmar Dias** – **José Alencar** – **Luiz Otávio** – **Sérgio Machado** – **José Alencar** – **José Roberto Arruda** – **Jonas Pinheiro** – **Freitas Neto** – **Antero Paes de Barros** – **Roberto Saturnino** – **Luiz Estevão** – **Marina Silva** – **Jefferson Péres** – **Bello Parga** – **José Eduardo Dutra** – **José Fogaça** – **Edison Lobão** – **Carlos Bezerra** – **Paulo Souto** – **Jorge Bornhausen** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy** – **Pedro Simon** – **Gilberto Mestrinho** – **João Alberto Souza**.

Relator: Senador Ney Suassuna

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou, em 22 de fevereiro do corrente ano, mensagem ao senado Federal submetendo a indicação do sr. Luiz Carlos Alvarez para exercer o cargo de Diretor do banco central do Brasil – BACEN, conforme o disposto no inciso XIV, do art. 84, combinado com a letra d, do inciso III, do art. 52, da Constituição Federal.

Conforme preceitua à Constituição Federal e a própria Lei nº 4.595, de 1964, que "Dispõe sobre a organização do Banco Central do Brasil", o primeiro requisito a ser analisado diz respeito à reputação ilibada do indicado.

O Senhor Luiz Carlos Alvarez tem caracterizando-se em sua vida pública por princípios capazes de garantir plenamente o atingimento deste quesito.

No que diz respeito à formação acadêmicas, após obter o bacharelado em Física pelo Instituto de Física da Universidade de São Paulo, especializou-se em Contabilidade pela mesma Universidade de São Paulo.

Além do mais, deve-se registrar que o Senhor Luiz Carlos Alvarez exerce sua atividade profissional desde 1973 no Banco central do Brasil, tendo ocupado diversas funções, entre as quais merecem registro: Chefe do Departamento de Fiscalização; Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro Nacional; Chefe Adjunto do Departamento de Organização e Autorização Bancárias; Supervisor da Divisão Regional de Fiscalização Bancária – São Paulo.

É o relatório.

II - Voto

A análise da formação acadêmica e profissional do Senhor Luiz Carlos Alvarez obedece aos requisitos necessários para o ocupação do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo

Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, bem como notório conhecimento profissional em relação à fiscalização bancária.

Desarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, voto que o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.

– **Fernando Bezerra**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator.

PARECER Nº 72, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 80, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Fernando Figueiredo, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 26 de fevereiro de 1999, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Ney Suassuna sobre a Mensagem nº 80, de 1999, opina pela aprovação da indicação do Senhor Luiz Fernando Figueiredo, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 24 votos favoráveis e 3 (três) contrários...

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.

– **Fernando Bezerra**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Osmar Dias** – **Luiz Otávio** – **Sérgio Machado** – **Romero Jucá** – **Carlos Bezerra** – **José Fogaça** – **José Roberto Arruda** – **José Alencar** – **Edison Lobão** – **Paulo Souto** – **Jorge Bornhausen** – **Freitas Neto** – **Eduardo Suplicy** – **Romeu Tuma** – **Bello Parga** – **José Eduardo Dutra** – **Jonas Pinheiro** – **Antero Paes de Barros** – **Roberto Saturnino** – **Luiz Estevão** – **Marina Silva** – **Jefferson Péres** – **Gilberto Mestrinho** – **Pedro Simon** – **João Alberto Souza**.

Relator: Senador Ney Suassuna

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou, em 22 de fevereiro do corrente ano, mensagem ao Senado Federal submetendo a indicação do Sr. Luiz Fernando Figueiredo para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme o disposto no inciso XIV, do art. 84, combinado com a letra d, do inciso III, do art. 52, da Constituição Federal.

Conforme preceitua à Constituição Federal e a própria Lei nº 4.595, de 1964, que dispõe sobre a organização do Banco Central do Brasil, o primeiro

requisito a ser analisado diz respeito à reputação ilibada do indicado. O Sr. Luiz Fernando Figueiredo tem caracterizado-se em sua vida pública por princípios capazes de garantir plenamente o atingimento deste requisito.

No que diz respeito à formação acadêmica, após obter o bacharelado em Administração de Empresas pela Fundação Alvares Penteado, prosseguiu em seu aperfeiçoamento profissional, realizando vários cursos relacionados ao mercado de capitais, matemática financeira e empresarial e sistema financeiro.

Deve-se enfatizar que dedicou-se a lecionar os seus conhecimentos acima descritos, tendo sido professor de derivativos, matemática financeira e câmbio da Bolsa de Mercadorias e Futuros (1987 a 1998), bem como professor de derivativos e câmbio da Associação Nacional das Corretoras de Valores (1992 a 1995).

Além do mais, deve-se registrar que o economista Luiz Fernando Ribeiro apresenta experiência profissional prática em várias instituições financeiras privadas, conhecendo o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, principalmente na área cambial.

É o relatório.

II – Voto

A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. Luiz Fernando Figueiredo obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, bem como notório conhecimento econômico.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, voto que o nome em apreço está em condições de ser apreciado por esta Comissão.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.

– Fernando Bezerra, Presidente – Ney Suassuna, Relator.

PARECER Nº 73, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 81, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 26 de fevereiro de 1999, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Se-

nador Ney Suassuna sobre a Mensagem nº 81, de 1999, opina pela aprovação da indicação do Senhor Sérgio da Costa Werlang, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 23 votos favoráveis, 3 (três) contrário e 1 (uma) abstenção.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.

– Fernando Bezerra, Presidente – Ney Suassuna, Relator – Osmar Dias – Luiz Otávio – Sérgio Machado – Romero Jucá – Edison Lobão – Carlos Bezerra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Alencar – Eduardo Suplicy – Paulo Souto – Jorge Bornhausen – Bello Parga – Romeu Tuma – Pedro Simon – Freitas Neto – Jefferson Péres – Jonas Pinheiro – Antero Paes de Barros – Roberto Saturnino – Luiz Estevão – Marina Silva – José Eduardo Dutra – Gilberto Mestrinho – João Alberto Souza.

Relator: Senador Ney Suassuna

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou, em 22 de fevereiro do corrente ano, mensagem ao Senado Federal submetendo a indicação do Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme o disposto no inciso XIV, do art. 84, combinado com a letra d, do inciso III, do art. 52, da Constituição Federal.

Conforme preceitua a Constituição Federal e a própria Lei nº 4.595, de 1964, que dispõe sobre a organização do Banco Central do Brasil, o primeiro requisito a ser analisado, diz respeito à reputação ilibada do indicado. O professor Sérgio Werlang tem caracterizado-se em sua vida pública por princípios capazes de garantir plenamente o atingimento deste requisito.

No que diz respeito à formação acadêmica, após obter o bacharelado em Engenharia Naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981), prosseguiu em seu aperfeiçoamento acadêmico, obtendo o título de Mestre em Economia Matemática pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA (1982). Afim de ampliar o seu conhecimento econômico, tornou-se, também, Doutor em Economia pela Universidade de Princeton, Estados Unidos da América – EUA (1986).

Deve-se enfatizar que dedicou-se fundamentalmente a lecionar, tendo sido Diretor de Ensino da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (1990 até 1993), Professor Visitante do Departamento de Finanças da Universidade da Pensilvânia – EUA (1994) e Professor-Pesquisa-

dor Titular da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

O professor Sérgio Werlang apresenta em seu currículo inúmeras publicações acadêmicas, relevantes, principalmente no que diz respeito ao funcionamento do mercado de capitais, contribuindo, destarte, para a compreensão destes fenômenos econômicos.

Além do mais, deve-se registrar que o economista Sérgio Werlang apresenta experiência profissional prática em várias instituições financeiras privadas, conhecendo o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

É o relatório.

II – Voto

A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, bem como notório conhecimento econômico.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, voto que o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1999.

– **Fernando Bezerra**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator.

COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA

Criada através do Requerimento nº 392, de 1998 – SF, destinada a "verificar os efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil e a região do Polígono das Secas do Estado e Minas Gerais, acompanhar e inspecionar, In Loco, a Execução de medidas emergenciais promovidas pelo Governo Federal, indicar a adoção de providências que pareçam oportunas e alaborar as diretrizes de um plano de ação para implementação de políticas públicas a ser encaminhado ao Poder Executivo.

Notas Taquigráficas da Audiência Pública realizada na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, em 18 de setembro de 1998.

(Início da reunião em registro de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – ...Líder do PSDB no Senado da República. Vamos convidar

o Senador Elói Portela, também membro da Comissão, para fazer parte da Mesa. Vamos convidar, também, para fazer parte da Mesa, o Dr. Manoel Brandão, Superintendente do Banco do Nordeste do Brasil, que também aqui está representando o Presidente do Banco.

Como primeiro depoente, vamos ouvir o Dr. Manoel Brandão, que nos dará informações sobre como o Banco do Nordeste está atuando em relação a esse fenômeno da seca aqui na região.

(Exposição com apresentação de transparências.)

O SR. MANOEL BRANDÃO – Senadores Ney Suassuna, Sérgio Machado, Elói Portela e senhores aqui presentes, uma boa tarde. Trago-lhes um abraço fraternal do Presidente Byron Costa de Queiroz, que gostaria de estar aqui; entretanto, não foi possível chegar à aprazível capital da Paraíba, cabendo-me a missão honrosa de representá-lo.

Vamos aqui conversar rapidamente acerca da atuação do Banco do Nordeste do Brasil enquanto aplicador dos recursos designados pelo Governo Federal para o programa de combate aos efeitos da estiagem neste ano de 1998.

O Banco recebeu, conforme medida provisória, R\$450 milhões, Srs. Senadores, os quais aplicou integralmente. Já aplicamos esses recursos nas finalidades definidas pela medida provisória. E, aqui, trago algumas informações acerca do desempenho e do comportamento da aplicação desses recursos. Se observarmos, por categoria, os pequenos e os miniprodutores ficaram com 97,29% desses recursos; portanto, atingimos, de forma maciça, uma parcela expressiva de produtores com condições muito pequenas de sobrevivência, não fosse a atuação desse programa do Governo Federal. Médios produtores, ficaram com 2,38% e os grandes produtores com 0,33%.

Podemos passar à próxima.

Também de acordo com a medida provisória, deveríamos aplicar pelo menos 50% dos recursos com os agricultores enquadrados na chamada agricultura familiar – e aplicamos quase que 80%, algo em torno de 79,9%, na agricultura familiar. Os 20% restantes com os demais produtores obviamente não enquadrados nessa categoria.

Quanto à distribuição por atividade, Srs. Senadores, meus senhores e minhas senhores, 6,44% foram destinados à atividade agrícola, obviamente prejudicada pela estiagem e, portanto, sem muita chance de receber recursos; e 93,56% para a atividade pecuária. E aí carece um esclarecimento: todos os itens destinados, direta ou indiretamente, à atividade pecuária

são aqui alocados. Por exemplo: a formação de uma área de palma, que é uma atividade agrícola, mas, como se destina à atividade pecuária, é conceituada, então, como uma operação pecuária.

Por finalidade, 44,91% dos 450 milhões foram aplicados em operações de custeio, e 55,09% em operações de investimento. Então, há uma profunda equalização, beneficiando não só a aquisição de rações, mas também permitindo que as pequenas propriedades possam se estruturar através da formação de obras de recursos hídricos e forrageiros.

Por faixa de valor, esse quadro é extremamente interessante. Até R\$5.000,00 foram 46,99% dos recursos; até R\$10.000,00, 24,82%; até R\$15.000,00, 25,58%. Então, até R\$15.000,00 foram praticamente todos os recursos aplicados. A média do Banco está um pouco acima de R\$4.000,00. Foi a média por operação, o que demonstra a pulverização desses recursos.

A distribuição por estado – está aqui – totalizando 108 mil operações e um total de 450 milhões, sendo que 15.364 desses contratos encontram-se em fase final de liberação. Os recursos são aplicados e liberados diretamente aos fornecedores dos bens. De modo que esses recursos já estão em fase de liberação e totalizariam, então, os R\$450.000.000,00. Mas eu não poderia perder esta oportunidade para passar mais algumas informações complementares, e cumprimentar o Dr. Medeiros, Presidente da Emater, aqui presente.

Srs. Senadores, o Banco, em 1994, aplicou R\$615.000.000,00 na região Nordeste. Verifiquem esse saldo. Em 1997, nós aplicamos R\$2,8 bilhões – saltamos de 615 para 2,8. No primeiro semestre de 1998, já aplicamos quase R\$1,5 bilhão.

Em termos de operações contratadas, em 1994, o Banco fez 27.414 operações. Em 1997, fizemos 286.806 operações; em 1998, 215.224 operações – até junho. De modo que, em dezembro, esperamos atingir um número muito expressivo de operações; mais uma característica do Banco do Nordeste no sentido de pulverizar o crédito.

Oportunidade de emprego: em 1994, as nossas operações propiciaram a geração de 167.535 novos empregos na região Nordeste. Em 1998, até junho, nós já havíamos criado 287.000. No exercício de 1997, as operações do Banco permitiram a geração de 665.000 novos empregos. Há algumas outras ações do Banco do Nordeste, e eu gostaria de destacar os pólos de desenvolvimentos. São 10 pólos de desenvolvimento agropecuário, que estão dentro de um programa do Governo Federal. Como esta-

mos aqui na Paraíba, eu gostaria de destacar o Pólo do Alto Piranhas, que é um polo que o Banco, junto com o Governo do Estado e outros órgãos aqui sediados, vem desenvolvendo, aproveitando os recursos hídricos existentes naquela região. O Crediamigo é um Programa do Banco destinado para o empreendedor informar o pequeno, que é o feirante, o camelô, as pequenas atividades urbanas. Nós, na Paraíba, temos um programa de capacitação cujo centro está em dados, beneficiando 11 municípios e mais de 50 mil famílias em toda a região com esse programa de capacitação ligado às Nações Unidas. O Fundece é um programa de ciência e tecnologia. Repassamos recursos a fundo perdido para os órgãos de pesquisas existentes nos estados. Temos uma parceria intensa não só com a Embrapa, sediada na Paraíba, como também com a Enep, um tradicional parceiro do Banco do Nordeste, e as universidades.

Operacionalizamos alguns programas especiais ligados ao Governo Federal. Podemos destacar o Programa da Terra, o Programa de Geração de Emprego e Renda e o Pronaf, que, na Paraíba, está na sexta posição, se considerarmos todos os Estados brasileiros.

Sr. Presidente, de forma breve mas direta e objetiva, gostaria de prestar contas da atuação do Banco do Nordeste no Programa da estiagem e oferecer aos Srs. Senadores e às autoridades aqui presentes números que refletem o comportamento e o desempenho do Banco na região Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. Brandão. (Palmas.)

Ouviremos agora o depoimento do Dr. Alberto de Almeida, representante do DNOCS em nossa reunião.

O SR. ALBERTO DE ALMEIDA – Sr. Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão; Senador Sérgio Machado, Relator, Senador pelo meu Estado; Senador Elói Portela; demais membros da Mesa; de maiores técnicos e autoridades que estão aqui nesta plenária:

Em primeiro lugar, gostaria de apresentar as escusas do Dr. Hidelberto Santos Araújo pela impossibilidade física de estar aqui. Ele teve que ir a Brasília para tratar de assuntos relativos ao novo decreto do Governo, que trata da nova visão acerca do orçamento e seu cronograma de desembolso.

Algumas questões me parecem importantes para a compreensão do universo em que um órgão como o DNOCS trabalha. Historicamente, o DNOCS

é a mais antiga instituição de caráter regional que atua no Nordeste. Ao longo da sua história, até porque era a única instituição, o DNOCS evidentemente fez de tudo: estradas, hospital, maternidade e recursos hídricos. Ao longo do tempo, houve uma tendência à especialização e, hoje, ele procura se especializar e atuar mais fortemente na área de recursos hídricos.

No que diz respeito à questão da seca, embora ele mantenha o seu nome original, que vem desde 1909 – antiga Inspetoria de Obras Contra as Secas, depois Departamento Nacional de Obras Contra as Secas –, no desenho institucional atual, as ações emergenciais que dizem respeito ao combate imediato às populações que sofrem esse flagelo estão a cargo da Sudene e do sistema de Defesa Civil.

O DNOCS, como órgão integrante do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, cuida especificamente de ações de caráter estruturante e permanente que envolvem a questão dos recursos hídricos, o seu desenvolvimento e o seu aproveitamento.

No início deste Governo, a instituição passava por uma situação difícil. Havia um elenco de obras paralisadas, que foram objeto de uma Comissão do Senado da República que averiguou a existência de um conjunto muito grande de obras paralisadas não só no DNOCS, mas em toda a área federal.

A partir de maio de 1995, mais precisamente no dia 15 de maio de 1995, com a reunião do conselho deliberativo da Sudene, em que se estabeleceu uma agenda de obras prioritárias para o Nordeste anunciada pelo Presidente da República, houve um enorme esforço no sentido da retomada dessas ações. E é com grande satisfação que hoje registramos que, das 26 obras consideradas paralisadas, 15 encontram-se concluídas. Eu cito as mais importantes: os açudes Joana, Petrônio Portella e Bocaina, no Piauí; os açudes Serafim Dias, Trussu, Fogareiro, Genipapeiro e Olho d'Água, que agora se conclui, no Estado do Ceará; os açudes Serrinha, Jucazinho e Belo Jardim, no Estado de Pernambuco - Jucazinho foi recentemente inaugurado pelo Presidente da República; o projeto de irrigação Araras Norte, e a estação de piscicultura de Sobral, ambas no Estado do Ceará. A obra do açude Petrônio Portella, por exemplo, que já se arrastava por 14 anos, foi finalmente concluída. Esse elenco de obras significa um aporte da ordem de 1,4 bilhão de metros cúbicos à atual capacidade do sistema DNOCS, o que evidentemente disponibiliza água para cerca de 13.500 hectares irrigados de terras que existem ao longo dos trechos de

rios perenizados por esse açude. A estação de piscicultura de Sobral incrementa uma produção de 6 milhões de alevinos ao ano. Demos também prosseguimento a outras ações, que ainda não se concluíram, bem como iniciamos novos projetos neste Governo.

Gostaria de passar às mãos da Comissão um pequeno texto em que relacionamos, englobando as obras que foram concluídas, as que estão em andamento e as que estão em fase de projeto por parte do DNOCS no atual Governo, um elenco de 46 obras distribuídas pelos nove Estados da Federação onde o DNOCS atua.

É importante salientar que, a cargo do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, em execução pelo DNOCS e também pela Codevasf, existem dois programas de grande importância para a nossa Região: o Proágua do Semi-Arido e o Projeto Novo Modelo de Irrigação. Aqui faço referência ao canal adutor Curemas -Mãe d'Água-Várzeas de Sousa, denominado na Paraíba como Canal da Redenção, uma obra que as pessoas que estudam a história do DNOCS e a seca sabem que já vinha sendo requisitada há mais de 50 anos e cuja primeira fase - 37 km de canal - já está concluída. Inicia-se agora a parte referente à rede principal de adução para irrigar as várzeas de Sousa. Essa luta vem sendo desenvolvida desde 1950, segundo relatos dos paraibanos.

Pois bem. O canal adutor do sistema Curemas-Mãe d'Água-Várzeas de Sousa, obra integrante do Programa Brasil em Ação, é um programa integrante do Proágua Semi-Arido. Esses dois programas trouxeram uma abordagem nova para o enfoque da obra estruturante que passa a ter começo, meio e fim. O Projeto Novo Modelo de Irrigação também busca adequar a tecnologia da irrigação, o aproveitamento da agricultura irrigada a esses novos tempos que vivemos: ou nossa agricultura irrigada se torna competitiva, ou seja, com condições de competir no mercado interno e externo, ou não terá como pagar os custos da irrigação.

A experiência do DNOCS com a irrigação revela que - e não faço crítica alguma, porque, sendo a política de Governo sempre definida de acordo com os ditames da época, com as tecnologias disponíveis, com o arcabouço existente, não havia como imaginar a velocidade com que as coisas aconteceram. Assim, a autocritica que se faz hoje ao modelo anterior com relação ao processo de seleção, às áreas escolhidas, às culturas selecionadas nos leva a afirmar que essa mudança de perfil, não só no que

diz respeito à gestão dos projetos de irrigação, mas também aos aspectos referentes à introdução de culturas nobres, a esquemas de comercialização mais competentes, levou à gestão dessa discussão, desembocou naquilo que se convencionou chamar Projeto Novo Modelo de Irrigação e que hoje é um projeto de Governo.

É importante notar que, quando digo começo, meio e fim no segmento recursos hídricos, significa que, no momento, se dá consequência a estoques de água já existentes há algum tempo por meio da construção de adutoras e que alguns novos reservatórios já estão sendo objeto de licitações para suas adutoras ao final de sua construção.

Sobre esse aspecto, cabe registrar que esse é um esforço não só do Governo Federal, mas dos Governos Estaduais que estão desenvolvendo com recursos próprios ou em parceria com o Governo Federal vastos programas de adutoras. Poderia citar de passagem a adutora do oeste do Pernambuco, que leva água inclusive até o Piauí, aos Municípios de Simões, Padre Marques e Jaicós. É uma adutora que capta água do São Francisco, corta o sertão pernambucano - Orocó Arariquina - e vai até o Piauí. Cito também a adutora do Trairi, no Rio Grande do Norte, a adutora do Sertão Central, no Rio Grande do Norte, o projeto que o DNOCS desenvolve atualmente da adutora chamada Sistema Adutor do Moçotó, que capta água em Itaparica, entra no sertão pernambucano e vem até a Paraíba - Monteiro, Sumé e Prata, que serão Municípios paraibanos atendidos com esse projeto que se encontra em desenvolvimento -, a adutora do Jucazinho, em Pernambuco, que leva água inclusive a Caruaru, uma situação conhecida.

Discutia-se muito sobre o problema de que, em determinadas regiões, a 10km de um açude, a população bebia água de carro-pipa ou transportada por jumento, e isso pode ser registrado inclusive em meu Estado. No Município de Orós e nas suas cunvizinhanças, grande parte da população não tinha acesso à água porque não havia uma adutora. Adotou-se, então, uma postura firme no sentido de se desencadearem ações que fizessem a água ser distribuída, uma vez que é mais racional levá-la até onde os homens habitam, que tentar levar os homens até ela. Então, essas ações do Programa Brasil em Ação, no nosso caso, Proágua Semi-árido e Novo Modelo de Irrigação, conferiram uma melhor racionalidade ao planejamento das ações, em termos de atuação na área do semi-árido.

Em relação ao novo modelo de irrigação, no caso do DNOCS, especificamente, há duas grandes vertentes. Há uma emancipação dos projetos抗igos, quer dizer, não cabe mais se manterem os projetos de irrigação sob a tutela do Estado. O projetos de irrigação deverão ser geridos pelos seus usuários, no caso, os agricultores lá assentados. A outra vertente são os novos projetos de irrigação, para os quais já se vislumbra um desenho diferente do modelo anterior, no qual se pretende utilizar a figura da empresa âncora como capaz de não somente apontar tecnologia, como difundi-la e fazê-la chegar aos pequenos produtores, com vistas a uma maior eficiência na comercialização. E tudo isso dentro de um novo paradigma, fundamental para que possamos levar a cabo essas ações.

Na área dos recursos hídricos, é fundamental a atuação e parceria com os Estados. Isso não é só uma questão de caráter político, mas, eu diria, de caráter inerente à própria gestão dos recursos hídricos.

É importante salientar que, hoje, temos parcerias com os diversos Estados da Federação, em especial do Nordeste, onde atuamos. Temos parceria com o Estado da Paraíba, como é o caso do Canal da Redenção. Demos prosseguimento a duas obras, os açudes Bruscas e Poço Redondo, na Paraíba, também em parceria com o Governo do Estado; estamos executando várias obras no Estado do Ceará, em parceria com o Governo do Estado do Ceará, inclusive no caso dos perímetros de irrigação, já com convênio firmado no sentido de uma gestão conjunta. Então, esse avanço no sentido da obtenção dessa parceria, da busca dessa sinergia, no sentido de não se dispersarem recursos, que são tão escassos, tem sido o fulcro central da nossa atuação.

Tentando concluir esta breve intervenção, uma vez que a nossa intenção era entregar todas essas informações em material escrito à Comissão, gostaria de levantar alguns aspectos que são, ao nosso ver, fundamentais para a abordagem da questão "secas", falando como um técnico que já trabalha há algum tempo numa instituição que convive com esse problema.

A primeira questão diz respeito à continuidade dos programas. Trouxe um gráfico que mostra a evolução dos recursos alocados ao DNOCS. É uma coisa interessantíssima, pois eles vão de picos extremos a quase zero, em menos de cinco anos. Em 1922, no Governo de Epitácio Pessoa, tivemos o maior pique de investimentos da história do DNOCS.

Em 1925, três anos depois, tivemos o menor nível de investimentos da história do DNOCS.

É com uma certa felicidade que registramos que no atual Governo o número de investimentos vem se mantendo e, na média, só superado por dois governos anteriores: Juscelino Kubitschek, com a construção do Orós, e Epitácio Pessoa, com um grande plano de obras para o Nordeste.

Desde o Governo Juscelino Kubitschek, não há aporte de investimentos não só em tamanho como em continuidade. É extremamente importante a continuidade desses programas e a alocação de recursos.

Vamos falar agora como órgão de recursos hídricos. Temos consciência de que a seca não é somente um problema referente a recursos hídricos, embora recursos hídricos sejam fundamentais para combater a seca. Um componente importante nessa questão é a edição da nova Lei de Recursos Hídricos, de janeiro de 97. Uma situação se revela aqui na Paraíba e em todos os Estados do Nordeste: a construção indiscriminada de reservatórios federais em rios tributários implica um esvaziamento quase total de alguns deles. Um exemplo específico: aqui na Paraíba, o Sumé está seco; assim como alguns outros que estão em situação extremamente difícil, porque não havia esse controle. Hoje, a lei nos permite fazer esse controle e uma cobrança, ao dizer que a água é um bem do domínio público e um bem econômico. Assim, tentamos evitar o desperdício. Embora vivamos no semi-árido, em uma região em que a escassez de água faz parte da nossa cultura, desperdiçamos água desde o primário, da acumulação ao transporte, à adução e à distribuição. Existem sistemas que desperdiçam até 30 ou 40% da água que transportam. Essa é uma questão que teria que ser discutida.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pediria ao orador que me permitisse passar a Presidência ao Senador Elói Portela, porque vou me ausentar por instantes para dar uma entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Elói Portela) – V. Ex^a pode dar continuidade a sua exposição.

O SR. ALBERTO DE ALMEIDA – Continuando, Sr. Presidente, há necessidade de se implantar o sistema de gerenciamentos de recursos hídricos para a região semi-árida. A lei define o sistema em âmbito nacional - tem inclusive estrutura em âmbito nacional. Todavia, entendemos que, por se tratar de uma região semi-árida do Nordeste, de características especiais, é preciso um monitoramento hidroló-

gico muito eficiente, o que pressupõe um sistema de tratamento, coleta de dados e recuperação das estações climatológicas. Esse procedimento é fundamental para que possamos dar prosseguimento ao nosso trabalho.

Uma questão que afeta particularmente o Estado da Paraíba é a transposição do rio São Francisco. Com base nos estudos do Projeto Áridas, as disponibilidades de água no Estado da Paraíba, parte do Estado do Rio Grande do Norte, a considerar-se o quadro atual, são críticas. E mesmo considerando todo o aporte de água que se possa produzir localmente, a situação desses Estados é extremamente difícil - não somente a questão da água para irrigação, porque hoje a nossa região é uma das maiores consumidoras, mas é a água para o desenvolvimento urbano e industrial também.

É sabido que indústrias, tipo siderúrgica, por exemplo, são grandes consumidoras de água. Então, a se pretender continuar com esse programa, a exemplo do que o Ceará está fazendo com a siderúrgica que pretende implantar ou mesmo com a refinaria que venha a implantar, as necessidades de água são muito elevadas. E o que se coloca, neste momento, muito mais do que uma questão de caráter técnico, já que essa discussão sobre a transposição do São Francisco assumiu um caráter emocional num determinado momento, parece-nos que é fundamentalmente uma questão política para a sobrevivência de vastas áreas do semi-árido nordestino. Chamaria a atenção, inclusive, para o recente trabalho publicado pelo Senador Beni Veras sobre a transposição de águas do São Francisco, já fazendo referências ao novo projeto que se encontra em revisão na Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Eu gostaria de finalizar dizendo que estamos falando da ação de um órgão antigo, são 89 anos de existência, com um elenco de serviços prestados à comunidade nordestina e do semi-árido, que cometeu os seus desacertos também, mas que busca se modernizar e se especializar naquilo que, hoje, talvez seja uma das matérias-primas mais nobres, da qual a humanidade tem que cuidar com muito carinho, que é a água. E é dentro dessa perspectiva que nos propomos a ser o órgão gestor dos recursos hídricos de domínio federal do semi-árido e a fazê-lo em parceria com os Estados, ao mesmo tempo em que a execução dessas obras - e, aí, toda a nossa ação até o presente momento - não significou mais do que cinqüenta e poucos por cento da capacidade de produção de recursos hídricos do semi-árido. Te-

mos muito por fazer ainda, como eu já disse, a respeito da distribuição da água nesse programa de adutoras regionais, que se pretende compartilhar também com os Estados e com a Sudene.

Era o que tinha a dizer. Desculpem-me se me alonguei um pouco no tempo, mas é porque o assunto é muito complexo e muito vasto.

Muito obrigado.

Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Elói Portela) – Muito obrigado ao palestrante.

Passo a palavra, agora, para fazer a sua exposição, à Drª Nevinha Coura do Comunidade Solidária.

A SRA. NEVINHA COURA – Srs. Senadores, autoridades presentes, Prefeitos, primeiramente, queria agradecer a esta Comissão a oportunidade que o Comunidade Solidária está tendo na Paraíba de fazer uma exposição, mesmo que breve, sobre o que vem realizando. Infelizmente, em nosso Estado, o Comunidade Solidária está ausente dos trabalhos da comissão estadual que combate os efeitos da seca. Isso é uma reclamação.

Diferentemente das outras pessoas que já fizeram sua explanação, vou referir-me especificamente ao Estado da Paraíba e às ações que estão sendo desenvolvidas aqui. A estratégia do Comunidade Solidária tem muito a ver com a seca, porque o programa foi criado também para combater a fome, a miséria e a exclusão social, efeitos que são maisacentuados no período de seca. Com o objetivo de combater essa problemática, o Comunidade Solidária atua com os programas de redução das taxas de mortalidade na infância e no período da seca, dando mais ênfase ao combate à desnutrição materno-infantil, ao Programa de Saneamento executado pela Fundação Nacional de Saúde, ao Programa de Imunização, ao Programa dos Agentes Comunitários de Saúde.

Na área de alimentação, trabalhamos com a merenda escolar.

O SR. PRESIDENTE (Elói Portela) – Pedimos à oradora que interrompa sua exposição por um momento, para convidarmos a participar da mesa o Superintendente da Sudene e o Secretário de Recursos Hídricos da Paraíba. (Palmas.)

Gostaria ainda de dar uma informação sobre o que já se passou aqui. Nós já ouvimos o Banco do Nordeste e o DNOCS. Estamos ouvindo agora o Comunidade Solidária.

Desculpe-me. Continue, por favor.

A SRA. NEVINHA COURA – Dando continuidade à exposição, no que diz respeito à área de alimentação, permanecemos com a distribuição de cestas básicas nos 68 Municípios anteriormente atendidos pelo Comunidade Solidária. Atendemos ainda mais 193 Municípios da área de emergência do Estado. Assim, no Estado da Paraíba, atendemos 207 Municípios com a distribuição de cestas básicas, atingindo um total de 311 mil cestas mensalmente.

Continuamos com o Programa de Geração de Emprego e Renda. Um dos parceiros de execução desse programa é o Banco do Nordeste, com o qual temos grata convivência.

Há também, na área do Proger, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que já foi referido aqui, no qual se destaca este Estado como o sexto do Brasil. Nós nos preocupamos, quando recebemos a informação de que o Pronaf* na Paraíba está em sexto lugar, porque o volume de recursos é bastante pequeno. Ficamos ainda mais preocupados com os outros Estados, que estão com volumes de recursos ainda mais baixos do que o da Paraíba. Quer dizer, os recursos que estão sendo destinados ainda são muito pequenos para o que se pretende fazer, para o que se faz necessário nesses Municípios.

Há ainda o Programa de Apoio ao Ensino Fundamental, com os Programas de Saúde Escolar e de Assistência Integral à Saúde; o Programa Nacional de Transporte Escolar, que, neste último semestre, sofreu reformulação, com a liberação acentuada de recursos; a melhoria das condições de habitação e saneamento, com o Programa de Ação Social em Saneamento e o Habitat Brasil.

Eu queria referir-me um pouco mais à questão do aporte de recursos aos Municípios do Comunidade Solidária, dizendo que ele é muito criticado, porque várias das suas ações são tidas como assistencialistas. Todavia, muitas pessoas se esquecem de que a primeira ação que o Comunidade Solidária desenvolve tem que ser assistencialista, pois ele trabalha com os que estão abaixo da linha da pobreza, os indigentes. Precisamos fazer com que essas pessoas recebam o mínimo necessário, algo que diz respeito ao assistencialismo. Depois, procuramos desenvolver outras ações para colocá-las na linha de produção, principalmente.

O Programa Comunidade Solidária não é um programa do Governo Federal ou do Governo do Estado. Se não houver um empenho muito grande do prefeito, um respaldo da comunidade e um envolvi-

mento social no trabalho de suas comissões, o Comunidade Solidária não vai conseguir alcançar os seus objetivos.

Quando se criam as comissões nos municípios – nesse período da seca, há problemas sérios nas comissões -, a maioria dos prefeitos faz questão de assumir a presidência da comissão, o que, além de ser um desgaste político para esses prefeitos, é um desgaste muito grande para essas comunidades. Como é o chefe do município, o prefeito, de certa forma, impõe mais autoridade.

Desde que o Programa Comunidade Solidária foi criado, sempre lutamos – o Estado da Paraíba passou isso para todos os Estados – no sentido de que, dessa distribuição de cestas básicas, as comunidades participassem com uma contrapartida. Lutamos para que não houvesse apenas uma distribuição de cestas básicas, mas para que as comunidades pudessem dar algo de si – todas elas têm condições de fazê-lo – e pudessem aproveitar a programação das prefeituras municipais.

Quero registrar que tivemos um grande respaldo do Prefeito de São João do Tigre. Em 1997, no começo do programa, aquele município foi considerado o município modelo do Comunidade Solidária no Brasil, devido a esse empenho da comunidade. Hoje, esse mesmo trabalho existe no Município de Monteiro.

Essas programações são o que chamo de isca que o Governo dá e que o prefeito sabe utilizar para transformar esse recurso que está vindo para o município. Na verdade, o recurso é pequeno, mas, se este for bem utilizado, será dada uma resposta social muito grande.

V. Ex^{as}s conhecem muito bem o programa. Esta é apenas uma oportunidade de mostrar o que tem sido feito. É grande o número de pessoas que hoje vivem com essa cesta básica; a sua necessidade é ímpar no Estado. Acompanhamos de perto a distribuição dessas cestas nos municípios. Existem problemas nessas comissões.

Srs. Senadores, como V. Ex^{as}s sabem, estamos entrando na pior fase da seca, e, em muitos municípios, precisaríamos ajustar essa quantidade de cestas básicas. Há municípios grandes com um número muito alto de cestas, mas, em função da questão da população, precisamos ajustar isso. Em Patos e em Cajazeiras, foram distribuídas muitas cestas básicas, mas, em outros municípios de áreas vizinhas, precisa ser feito um ajuste.

Eu apenas gostaria de registrar isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Peço que a senhora repita o que disse. Na sua avaliação, estamos entrando na pior fase da seca.

A SRA. NEVINHA COURA – Estamos entrando na pior fase da seca.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Batinga, Prefeito de Monteiro, para que este faça a sua exposição.

O SR. CARLOS ALBERTO BATINGA – Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão; demais Senadores; Superintendente da Sudene, Sérgio Moreira; Representante do Banco do Nordeste, Dr. Brandão; Secretário de Infra-Estrutura, meu amigo Flávio Pícole; autoridades e senhores presentes, em primeiro lugar, quero dizer que lamento não haver mais pessoas aqui para participar de um debate tão divulgado e tão importante para todos nós do Nordeste.

Gostaria de fazer um retrospecto sobre o que ocorre em nossa região.

Sou Prefeito do Município de Monteiro, no Cariá da Paraíba. Talvez, essa seja a região mais pobre e sofrida de todo o País, porque tem os menores índices pluviométricos e, até há pouco tempo, não contava sequer com o que relatávamos em algumas cartas de prefeitos, ou seja, com a presença do Governo. Só recentemente começaram a aparecer ações do Governo na região.

Na sua nova administração, os prefeitos tiveram a preocupação de se unir para tentar cobrar mais uma ação das outras esferas do Governo. E lá, diferentemente dos outros lugares, ainda em 1996, exatamente no dia 8 de novembro, um mês após às eleições, uníamo-nos – 23 Prefeitos – para fazer uma avaliação da crise por que passa a região e começar a propor alguma ação mais integrada que não fosse voltada apenas para um município, mas para a região. A partir daí, começamos a trabalhar e propor algumas ações ao Governo.

Fizemos essa primeira carta dos Prefeitos da região para todos os Parlamentares, ainda no dia 8 de novembro de 1996. Depois, quando o Presidente da República esteve aqui na Paraíba, pela primeira vez, em 1997, exatamente no dia 23 de março, fizemos uma carta aberta e tentamos entregar-lhe algumas propostas de ações em que pedímos uma modificação na atuação do Comunidade Solidária – a Nevinha acabou de falar aqui -, porque era impossível que o Comunidade Solidária atendesse uma ci-

dade e excluisse a cidade vizinha, com características iguais, se o limite de um município para outro era apenas uma linha imaginária. A pessoa que estava de um lado dessa linha imaginária seria atendida, enquanto outra família em igualdade de condições, do outro lado do município, não teria nenhum atendimento. Desse modo, fazíamos essa reclamação, pedindo alguma ação na área do abastecimento de água – já nos preocupávamos com isso, porque a seca deste ano havia sido anunciada – e também prioridade quanto à liberação das emendas do Orçamento da União para os municípios mais atingidos pela seca ou em situação mais crítica.

Continuando nessa luta, no dia 2 de maio de 1997, pedimos à Sudene – que, na época, não era dirigida pelo Sr. Sérgio Moreira – recursos para desenvolver um projeto pequeno. Tínhamos alguma idéia de recursos hídricos para todo o Cariri paraibano; não apenas para uma cidade, mas para toda a região – cerca de 40 municípios –, aproximadamente 25% do Estado da Paraíba. No entanto, não logramos êxito nisso.

Depois de outra reunião, ainda em maio, enviamos uma correspondência ao Governo do Estado e a todos os Parlamentares da Paraíba, propondo algumas ações para geração de empregos na região e abastecimento de água, principalmente na zona rural – uma grande preocupação nossa durante todo o tempo. Depois, ainda em 1997, exatamente no dia 23, há um ano, pedímos também à Sudene para participar, com os municípios do Cariri e da área da Borborema, junto com a Unicef e com o FPB, de um programa de ações integradas naquela área, do qual a Comunidade Solidária participava também. Não conseguimos sensibilizá-los.

Ainda no mês de setembro, encaminhávamos ao Governo do Estado e a todos os Parlamentares, além da Sudene, do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria de Políticas Regionais, um estudo – já que não havíamos conseguido recursos, via Sudene, para fazer um estudo de desenvolvimento para a região – sobre um projeto de sustentabilidade da caatinga mediante a conservação dos recursos hídricos escassos, que utilizaria poucos recursos da Prefeitura. Chamámos esse projeto de Base Zero. Nós desenvolvemos esse estudo e o encaminhamos a todos os Parlamentares do Governo do Estado, além dos Ministérios, pedindo que fosse viabilizado, já para 1998, porque a seca já havia sido anunciada. No dia 15 de outubro do ano passado, encaminhamos novamente a todos os Parlamentares da Paraíba uma cópia do projeto Base Zero, pedindo que

uma emenda de Bancada alocasse alguns recursos, a fim de implantar esse programa de sustentabilidade e conservação dos recursos hídricos escassos da região. Não conseguimos sensibilizar a todos; consequentemente, não obtivemos os recursos via emenda de Bancada.

O Senador Ney Suassuna acompanhou o processo. Conversamos muito sobre esse assunto; S. Ex^a deu muita força, mas não foi possível.

Ainda no mês de outubro, encaminhamos ao Presidente da República esse projeto, para obtermos apoio. A seca estava agravando-se. Já começávamos todo o processo em outubro, porque novembro do ano passado fora ruim. Com essa luta e a situação ficando cada vez mais precária no Cariri, o Comunidade Solidária participou um pouco, sempre procurando uma solução para a região. Todas essas correspondências e contatos foram feitos via associação dos municípios e do Cariri paraibano, que engloba – volto a dizer – 40 municípios, 25% do território da Paraíba.

Enviamos, no começo de março de 1998, uma correspondência ao Governo do Estado, bem como a todos os Parlamentares, à Sudene, ao BNP e à Secretaria de Políticas Regionais, solicitando que comparecessem a uma reunião em São João do Cariri, em 13 de março, para discutirmos dois assuntos apenas: o abastecimento de água, que estava precárrimo em toda região, e a geração de emprego e renda, porque o desemprego já estava uma calamidade.

Compareceram o Governador do Estado, representantes do Banco do Nordeste, o Senador Ney Suassuna e boa parte dos Parlamentares. A Sudene não se fez presente na época. A partir disso, houve a decisão do Governo do Estado de investir no abastecimento de água na região e nas frentes produtivas de trabalho para geração de emprego. Isso ocorreu em março deste ano. Depois, em junho deste ano, de novo conseguimos acesso ao Presidente da República e tentamos apelar a Sua Excelência que apoiasse o Base Zero, esse programa de sustentabilidade, e aumentasse os programas de abastecimento. Com isso, conseguiu-se uma sensibilidade maior e começou-se a investir na região.

Estes pontos sempre foram uma luta nossa: a geração de emprego e o abastecimento de água, que são fundamentais para sobrevivermos lá com um mínimo de condição; aliás, apenas sobrevivermos.

Quando da visita do Presidente da República a Monteiro, voltamos a reiterar apenas três pontos. Um deles era, realmente, o Base Zero; outro, para o

qual desde o ano passado não conseguimos sensibilização, Senador, era a liberação das emendas para aqueles municípios. Só para citar um exemplo, o Município de Monteiro conseguiu cinco emendas parlamentares para 1998, e nenhuma delas até hoje foi liberada. Estamos terminando o ano, e nenhuma das emendas parlamentares foi liberada para quase todos os municípios.

Só recentemente se conseguiu sensibilizar mais. Tem-se de fazer esta referência: com o assento de Sérgio Moreira na Sudene, começamos, realmente, a ter mais acesso e apoio na elaboração dos projetos, dos programas; passamos a levar nossas sugestões, e hoje começa a funcionar a parte de emergência.

Agora, há dois pontos fundamentais: primeiro, como emergência, as frentes produtivas de trabalho, que dão emprego e um mínimo de condição de vida para aquelas pessoas; segundo, os programas estruturantes e duradouros para a região. Fala-se muito no abastecimento das cidades, que é fundamental para que a região subsista. Agora, na zona rural, se não se der, com a utilização da água, um mínimo de condição de sobrevivência, será impossível gerar emprego e renda.

Deixarei todas essas correspondências aqui, para a Comissão ver toda a seqüência de propostas. O que avaliamos é que as soluções são baratas e simples. Apenas não se desenvolveram os projetos, visando receber esse contingente de pessoas trabalhando. Tenho conversado muito com profissionais da Sudene. Uma cidade como Monteiro de repente recebe 1.400 pessoas à procura de trabalho! Se não houver um plano, um projeto, um programa maior definindo o que vai ser feito, não só no Município mas também no Estado todo e até na Região Nordeste, com 1 milhão e 200 mil indivíduos que precisam trabalhar, não chegaremos a lugar algum.

Por isso, diz-se que nas frentes de emergência em muitos locais não se trabalha, não se faz nada, porque não há nenhum projeto. No caso específico de Monteiro, a situação era atípica: a equipe era mais bem estruturada. Daí por que tem evoluído, surtindo algum resultado local. Na grande maioria das cidades, porém, é impossível elaborar projeto para absorver duas ou três vezes mais pessoas do que as já existentes nos quadros da Prefeitura. É difícil fazê-las trabalhar; é difícil obter resultados desse trabalho.

É importante estruturar alguns projetos, para, quando houver a necessidade de absorver tanta mão-de-obra, saber o que e onde fazer. Na quase

totalidade dos municípios para os quais dirigiram-se trabalhadores, a Sudene e o Governo Federal deram-lhes condições para trabalhar, mas ninguém sabia o que fazer com elas. Só se sabia que tinham necessidade de receber uma cesta básica, de receber até mais do que os R\$80 reais previstos. É preciso destinar recursos.

Ainda hoje procurávamos recursos para elaborarmos projetos ainda mais estruturais, constatamos que eles não existem no orçamento da Sudene e da Secretaria de Recursos Hídricos, por mais boa vontade que tenha a equipe. É um ponto que, acredito, V. Ss têm que analisar, a fim de que, quando as pessoas forem trabalhar, saibam onde fazê-lo.

Tenho algumas sugestões gerais no que se refere a medidas urgentes. Em primeiro lugar, o organismo que tem sido fundamental à sobrevivência da nossa Região é o Banco do Nordeste. Se ele não existisse, indubitavelmente, o Cariri e boa parte do interior do Nordeste já estariam completamente desertos:

Os recursos e as condições que têm sido dados ao Banco, porém, têm sido insuficientes para atender à demanda – e esse fato tem sido muito discutido com o Banco. Vale aqui destacar um ponto que analisei junto à instituição: imaginem que a grande maioria dos proprietários rurais que tiraram recursos do Banco do Nordeste para a compra de animais não têm agora acesso ao recurso para o custeio. Contraíram empréstimo naquela instituição financeira para investimentos, e, posteriormente, não obtiveram recursos para comprar ração e sustentar os animais. Assim, perderão tudo e ficarão endividados, porque houve incentivo à compra de equipamentos agrícolas, mas depois não dispuseram das condições para sustentar os animais. É uma questão urgente. A cada dia que passa o Banco, apesar do imenso esforço que tem sido feito, não tem conseguido atender a todos. Realizamos recentemente uma reunião na Região e debatemos exatamente esse fato. Isso precisa ser corrigido urgentemente sob pena de ficarem todos sem nada e endividados.

Outro aspecto que gostaria de ressaltar – e sobre ele já conversei com o Senador – é a necessidade de tentar implantar alguma outra cultura na Região – como o algodão, por exemplo – que não seja só de subsistência do milho e feijão no caso da citada área. Sugeri – e sobre isso conversei com os técnicos e levamos alguns experimentos existentes na Embrapa de Monteiro – que se acrescentasse, para cada pessoa que fosse ao

Banco contrair um empréstimo de custeio no próximo ano, um hectare de algodão. Existe a semente híbrida, que antes de o bicho chegar, já tem sido semeada. Como pudemos constatar nos campos de experimento em Monteiro e em Campina Grande, é possível ter 500 a 700 hectares de algodão. Então, não é dizer que quer dois de milho e um de feijão e tirar, tem que crescer. A Embrapa, em Campina Grande, dispõe de semente em quantidade para fornecer a todo mundo. Essa distribuição daria outra sustentabilidade para a região – isso quanto ao Banco do Nordeste.

Outra grande preocupação: a conclusão da emergência prevista para dezembro. Desde já existe a grande preocupação no sentido de aproveitar esse pessoal em janeiro, ou em fevereiro, ou março. A nossa proposta era de que já fosse definido que esse trabalho de emergência pararia dois meses após ter sido confirmado o inverno, pois só a chuva não vai resolver nada. Ele tem que ter pelo menos 60 dias para colher o primeiro milho verde, um milho híbrido, ou feijão ou jerimum, etc. Portanto, se ele não passar pelo menos dois meses sendo sustentado, vai viver de que? Além dos dois meses, é necessária a garantia de que houve inverno, e, a partir da ocorrência, o trabalho de emergência cessaria. Trago essa nossa preocupação para que seja analisada.

Quanto às cestas básicas, pelos números do Comunidade Solidária, elas foram estendidas a todos os municípios na área de calamidade. Volto a citar Monteiro, Município que conheço, onde há 1.400 pessoas trabalhando e são distribuídas 3.860 cestas básicas de 21kg mensalmente, ou seja, 80 toneladas de alimento. Antes não havia essa distribuição, porque o Município não faz parte do Comunidade Solidária, apesar de, pelos números do Comunidade, ter 3.860 famílias indigentes, miseráveis, precisando dessa assistência.

Então, nossa sugestão é a de que essas cestas continuem não apenas durante a seca, porque a periferia urbana, mesmo ocorrendo inverno, continua sem alternativa de trabalho. Na zona rural, quando há um ano bom, com inverno, a situação melhora um pouco; mas, na periferia urbana, tanto faz ocorrer ou não inverno. Às vezes, um ano com mais chuvas traz muito mais problemas: casas caem e há maior dificuldade de sobrevivência. O corte dessas cestas realmente é preocupante, pois podemos ter um problema social agravado.

Outra proposta diz respeito à alfabetização solidária iniciada nos municípios. No caso específico de Monteiro, ampliamos o número de vagas para

500 vagas, mas a Prefeitura irá bancar toda a demanda que existir no Município. Proponho que este programa se torne permanente e não apenas nesses períodos críticos. A nossa grande luta é qualificar a mão-de-obra. Temos trabalhado com o Senai, o Sine, Senar, e todas as entidades. Sendo analfabeto, é grande a dificuldade para melhorar a condição da pessoa, aprimorar a mão-de-obra. Por isso, a alfabetização precisa ser mantida e, depois, faremos outros programas complementares. Para fazer um curso para serralheiro ou eletricista, a pessoa necessita ser alfabetizada.

Vou deixar uma cópia do Projeto de Sustentabilidade da Caatinga e Conservação de Recursos Hídricos Escassos Base Zero, deixarei mais uma cópia com a Comissão para estudar a possibilidade de ser colocado realmente no Orçamento da União. É um projeto simples: uma seqüência de barragens subterrâneas ao longo de todos os rios da região, nenhum perene, para fazermos irrigação por gotejamento ou mangueira somente a 100 metros de cada lado da margem, para recuperar a mata ciliar com fruteiras adaptadas à região, que podem ser usadas consorciadas com qualquer atividade que a pessoa já tenha, então não teremos problemas fundiários nem de cultura. Onde o aluvião era maior, foram feitas matas energéticas, pois lá não mais o que queimar, junto dessas matas energéticas foi estruturada a apicultura num projeto integrado, onde a água era mais salgada está-se propondo colocar dessalinizador, com o rejeito, criar camarão.

É um projeto totalmente integrado e dá sustentabilidade àquela região com uma maneira simples, inclusive utilizando uma cultura milenar. Essa técnica era utilizado pelos egípcios antigos para sustentar água nas cheias e também pelas civilizações pré-colombianas em nossa região. Não necessita de tecnologia de ponta, é um projeto barato, parece-me que custará cerca de R\$200 mil por município. Um município, pequeno que seja, conseguiu de emendas e de outras coisas extra-orçamentárias e orçamentárias da União mais do que isso, só que deve ser colocado sem ser dentro da estrutura. A proposta é que ele seja um projeto integrado, mas a execução descentralizada, cada município executará a parte do seu território, o que daria uma integração, ao fim, completa.

E, finalmente, volto a bater na mesma tecla da primeira carta há quase dois anos: a priorização na liberação dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, principalmente as emendas parlamentares para os municípios da área de calamidade, evitando, inclusi-

ve, que essas emendas sejam cortadas. É preciso haver corte em algumas emendas, mas as pequenas e poucas emendas para municípios atingidos pela calamidade deveriam ser preservadas.

Em linhas gerais, era o que tinha a dizer. Estou deixando esse material, inclusive uma cópia do Base Zero, dessas seqüências de solicitações e do relatório que foi feito pelas frentes produtivas – creio que é interessante o que tem sido feito lá, tem dado resultado, mas ou se trabalha uma região ou teremos uma ilha de prosperidade cercada de miséria por todos os lados. Ou tratamos a região ou não vamos a lugar nenhum, só atrairemos mais pobres para a região e isso não vai funcionar. Vemos muito nas regiões metropolitanas: a capital às vezes funciona bem, mas todos vão para lá atrás de serviço, então, termina não funcionando. Devemos começar a analisar o interior do Nordeste como regiões, não como cidades, individualizando os projetos, como se pensa hoje, senão será impossível chegar a lugar algum.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Passaremos a palavra ao Prefeito de Pedra Lavrada Sebastião Vasconcelos Porto, que conhecemos aqui na Paraíba por Tinâ. Gostaria de enfatizar que esse município está indo hoje buscar água para consumo humano a 112 km. Concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO VASCONCELOS PORTO

– Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão, demais componentes da Mesa, colega Prefeito de Monteiro, Dr. Carlos Alberto Batinga, autoridades aqui presentes, Pedra Lavrada, situada na região de Borborema, na microrregião do Sirdó oriental possui uma área de 391,5 quilômetros quadrados; sua precipitação pluviométrica é uma das menores da região, com uma média mensal abaixo de 30 milímetros. Possui solo com restrição ao uso agrícola, devendo, sobretudo, a sua pouca profundidade, excetuando-se a região da caatinga onde, com mais recursos e tecnologia mais moderna, poder-se-ia ter uma produtividade agrícola maior.

Pedra Lavrada e as diversas regiões do Curimataú sofrem por não ter água. Faltam reservatório de água, oportunidade de emprego e crédito com juros baixos. Sua população rural é humilde, sem grandes desejos; quer apenas ficar em suas terras. Falta política fiscal para que a renda fique totalmente no município. Pedra Lavrada conta atualmente com uma população de 7.080 habitantes, sendo 4.390 na zona rural e 2.710 na zona urbana. Dessa popula-

ção, apenas 750 estão cadastrados nas frentes produtivas de trabalho. Devido à pouca profundidade do solo, os poços perfurados, quando encontram água, não dão sequer uma vazão de 300 litros por hora. Procuram-se, então, parcerias para resolver e superar esses problemas, mas essas, quando aparecem, oferecem quase nada.

Para citar um exemplo atual em nosso município: abastece-se a cidade por meio de carros-pipa, transportando-se água da cidade de Piciú para a sede do município, ida e volta, por 44 quilômetros. Para a zona rural, ida e volta à região, são 110 a 112 quilômetros. Colocam-se na cidade 268 carros-pipa por mês, a um preço de R\$40,00. Na zona urbana, com uma área enorme, como os senhores viram há pouco, há 260 carros-pipa a um preço de R\$50,00. Não tenho água em meu município, porque há 12 anos não chove em Pedra Lavrada. Não tenho água em canto nenhum do município para os animais, nem para o consumo humano. Bati às portas da Secretaria, fiz ofício à Sudene e ao Governo Federal, mostrando a qualidade do meu município, e fiquei só, sem ajuda de ninguém. Recentemente, o Exército disse que iria bancar o fornecimento e ofereceu aos pipeiros, apenas para transportar água por 84 quilômetros ida e volta, R\$25,00 por carrada. Para a zona rural ofereceram R\$30,00. Com esse dinheiro não colocam sequer o óleo. Novamente voltaram e até hoje não nos deram nenhuma resposta. Esses números mostram a inviabilidade de uma prefeitura que tem receita em torno de apenas R\$70 mil mensais, o que significa um custo médio de R\$10,00 por habitante/mês.

Fala-se, em âmbito nacional, em municipalização em todos níveis; no entanto, quando o Governo Federal se defronta com uma crise dessa natureza, com uma seca já prevista, em que os procedimentos emergenciais não foram tomados a tempo e os prefeitos foram abandonados, e quando começam a aparecer recursos, não existe mais municipalização. Aí aparece a Sudene, o Exército e todos os outros órgãos. A demora no decorrer dos processos de implantação dos programas é fato. Os órgãos têm que vir aos municípios, porque eles não conhecem *in loco* nossos problemas, uma vez que não fazem parcerias com as prefeituras e porque não as cobram em suas prestações de contas. Que fiscalize o egrégio Tribunal de Contas, mas que tenhamos autonomia para administrar nosso Município com mais parcerias e menos entraves! Só assim poderemos oferecer aos nossos municípios um melhor nível de vida.

Gostaria de comentar as frentes produtivas. Vemos mães de família deixando seus filhos sós em casa. Quem cuida da criança de dois anos é a de cinco, pois a mães saem para prestar serviço nas frentes de trabalho. Solicito ao Senhor Presidente, aos Senadores e à Sudene que, ao menos, deixem as mães de família cuidarem do alimento de seus esposos, que chegam em casa e não têm o que comer; que às deixem cuidar das crianças, que as librem para que fiquem em casa trabalhando na ação doméstica, lavando a roupa, já que vão buscar água a 6 ou 12 quilômetros.

Encontramos algumas anormalidades como, por exemplo, a pouca rentabilidade dos trabalhos para o volume de dinheiro alocado. Enviam cimento e ferro para às cisternas, mas indaga-se qual o pedreiro que quer trabalhar ganhando R\$80,00 por mês? Precisamos de tijolos, de areia, de transporte de material e água para o início dos serviços. Nesse ponto entra a prefeitura, que terá que bancar sem ter os recursos. Recebi ferro e cimento para construir passagem molhada e cisterna, mas cadê o dinheiro para pagar o pedreiro para trabalhar com as pessoas que não têm uma mão de obra especializada? Falta apoio às prefeituras para que aproveitem bem o ferro e o cimento recebidos.

Solicitamos, portanto, um tratamento melhor para os Municípios que estão em situação de calamidade pública. Que os Municípios do Curimataú façam parte dos programas: Pedra Lavrada, São Vicente, Soledade, Cubati e Nova Palmeira, Picuí. Todos são iguais. O Pronaf só existe em Picuí na região do Curimataú; o Comunidade Solidária, um programa social, só existe na cidade de Nova Floresta e São Vicente. Em Nova Floresta, quando se cava um poço de 6 metros, há uma vazão de 3.000 a 4.000 litros. Em Pedra Lavrada, quando se perfura um poço de 50 metros de profundidade, não se encontra água. Mesmo assim está fora do Programa Comunidade Solidária e seu povo morrendo de fome e de sede.

Ontem vi a lista divulgada pelo Programa de Renda Mínima que não contempla um só Município do Curimataú. Todos forem jogados para a terceira etapa. Que critério é esse que, na existência de pobreza e miséria, coloca os Municípios para a terceira etapa do Programa de Renda Mínima?

– Recursos alocados para os Municípios em todas as áreas: carros pipa, perfuração de poços, frente produtiva, educação, saúde e ação social, minas e energia. Em convênio com as prefeituras, que os

mesmos sejam fiscalizados pelo Exército, pela Sudene, pelo Tribunal de Contas e outros órgãos. Queremos ser fiscalizados. No hora em que houver erros, que se coloque na cadeia o prefeito que for ladão e não estabeleceu um critério para os recursos recebidos.

– Programa Permanente de Combate à Seca ligado diretamente ao Município. Há uma medida provisória com relação aos Municípios que se encontram em calamidade pública para que não bater mais com o FPN.

– Programa de Farmácia Básica coerente com as realidades de cada Município e não apenas um paliativo, como o que aí está.

– Programa Permanente de Cesta Básica, como falou o prefeito Batinga, principalmente para os Municípios do Siridó, Curimataú, e Cariri Paraibano.

– Programa de Fixação do Homem Rural ao Campo – por exemplo, eletrificação rural e melhoria habitacional.

– Programa de construção de grandes reservatórios de água, um programa de apoio à geração de empregos e de renda voltado para a realidade dos Municípios; um programa de melhoria habitacional e saneamento básico, de acordo com o levantamento das prefeituras municipais. Sementes, se chover; o nosso inverno é em março e abril. Se chover, que os departamentos das Secretarias de Infra-Estrutura se preparem, para que tenhamos as sementes em tempo hábil, a fim de que o agricultor possa plantar. Porque não temos nenhuma condição, nem as prefeituras nem eles. É aquilo que o Prefeito Batinga disse: começando a chover, que seja dado pelo menos 60 dias de recursos às frentes produtivas para que essas pessoas tenham condições de preparar o solo, trabalhar no roçado e dar aos filhos algum alimento.

Portanto, apelo aos senhores desta Comissão, porque tenho certezá de que são homens que conhecem a nossa realidade, principalmente a do Curumataú.

Não se pode admitir, de maneira alguma, essa situação! Vivemos em uma cidade que há 12 anos não chove; a água é transportada em carros-pipa – muitas vezes colocamos o cloreto, mas mesmo assim as famílias adoecem toda semana. O hospital que mantemos com os recursos da prefeitura não consegue atender o número de pessoas que ali chega a cada dia.

Clamamos, pedimos auxílio aos Srs. Senadores, à Sudene e ao Secretário da Infra-Estrutura. A realidade do Curumataú é triste. Quando se adentra a região, vê-se crianças famintas. Temos, por exemplo, apenas 750 cestas-básicas. Fui à Secretaria de Infra-Estrutura e pedi que aumentassem esse número. A Sudene só havia dado 424 vagas para as frentes produtivas de trabalho em Pedra Lavrada. Existem mais de quatro mil habitantes na zona rural, o que eu faria com apenas 424 vagas? Todo mês eu pedia ao Secretário-Adjunto Amâncio que aumentasse o número de vagas. Se o senhor for a minha casa agora verá quantas pessoas moram lá perto.

A prefeitura fica lotada pela manhã até as 14h, cheia de gente que quer trabalhar; mas não há ninguém que pague nem R\$3 por uma diária. Essa é que é a realidade de todo os Municípios do Curumataú paraibano.

Enfim, para não me alongar muito, peço também que seja incluída – e dado ênfase – à dispensa de ITR para produtores rurais nessas regiões que estão em calamidade pública. Nenhum agricultor tem condições de pagar o que o Banco do Nordeste está cobrando. Há pouco ouvi esse assunto ser abordado pelo representante do Banco do Nordeste. Os recursos não chegaram aos mini e pequenos produtores de Pedra Lavrada, Senador! Quatro ou cinco pessoas conseguiram recebê-los. Para os outros, empresto o carro toda semana para irem à Campina Grande. Quando chegam ao banco, dizem que não têm dinheiro, que o dinheiro do Governo foi pouco, que não têm dinheiro de maneira alguma! Essa é a realidade.

Não vi, em hipótese alguma, o volume de dinheiro que foi dito aqui; nem no meu Município nem nos da nossa região. Se quiserem, fiscalizem logo e verão quantos mini produtores tiveram condições de receber. O Prefeito Batinga disse: "Dão dinheiro para comprar os animais e depois não dão mais nada para cuidar deles." Um exemplo: o agricultor Manoel Buriti recebeu recursos para comprar cabras e bateu à porta do banco pedindo recursos. Toda semana morrem cinco, seis sem que ele possa fazer nada. E cabra, os senhores sabem, escapa facilmente. Mas não tem água nem tem o que comer. Então, como esse agricultor vai fazer com as suas cabras para mais tarde ter que pagar ao banco? Ele vai é perder a terra dele; vai perder sim porque ele não tem dinheiro de jeito algum para recuperá-la.

Portanto, agradeço a oportunidade dada à Pedra Lavrada e aos Municípios da região do Curumataú. Desejo a todos os senhores um bom retorno e que, em Brasília, certamente haveremos de ter a palavras dos senhores em defesa da nossa região.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, Prefeito. Agora, vamos ouvir a palavra do Superintendente da SUDENE, Dr. Sérgio.

O SR. JÚLIO SÉRGIO PEDROSA MOREIRA – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Ney Suassuna, Senador Elói Portela, Senador Sérgio Machado, Secretário de Infra-Estrutura, Flávio Pícolas, Srs. Prefeitos de Picuí e de Monteiro, representante do Sr. Presidente do Banco do Nordeste, Manoel Brandão, companheiro de trabalho da SUDENE, minhas Senhoras e meus Senhores, inicialmente, gostaria de pedir desculpas ao Senador e aos demais membros da Comissão por ter chegado um pouco atrasado, mas fiz questão de vir pessoalmente e não de mandar um representante em respeito à Comissão, uma vez que já havia confirmado a minha presença. É o que costumo fazer, não apenas aqui na Paraíba, mas em todos os locais por este Nordeste.

Queria dizer que não fui eu quem inventou a seca. Fui chamado para lidar com ela, numa situação de emergência, no mês de maio de 1998. Está claro que não recebi um presente, mas uma missão, da qual, como nordestino, não poderia negar a me desincumbir. Aliás, gostaria de saudar, e corrigir o equívoco, o Comandante Edson Ribeiro, do Ministério do Planejamento, que é o Coordenador do Projeto Asa Branca, que temos junto ao MPO e também ao DNOCS, evidentemente, que aqui também foi ouvido, bem como a Drª Nevinha, do Comunidade Solidária, nosso maior e melhor parceiro neste momento da seca.

Estruturei uma palestra, no vídeo, no Data Show. O programa foi estruturado de maio para junho, a partir da edição de diversas medidas provisórias e decretos do Senhor Presidente da República, que instituíram o programa já a partir do mês de maio. O objetivo desse programa é assistir, prioritariamente, as populações atingidas pela estiagem e, se possível, capacitar o homem a conviver com a seca. Essa capacitação se inicia pela alfabetização, como foi dito pelo Prefeito de Monteiro.

O programa atinge 1.374 Municípios em oito Estados do Nordeste, mais o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e o norte do Espírito Santo, re-

cém-incluídos na área da Sudene. A população rural da área atingida é de 11 milhões e 200 mil habitantes; os investimentos do Governo Federal, diretos para a seca, são de cerca de R\$1,3 bilhão, distribuídos da seguinte maneira: R\$600 milhões para as frentes produtivas; R\$450 milhões de crédito emergencial do Banco do Nordeste – o representante do Banco Nordeste deve ter dado os detalhes; R\$71 milhões para o Pró-Hidro emergencial, que é o programa de perfuração de poços; e R\$153 milhões para aquisição e distribuição de cestas de alimentos.

Portanto, esses recursos foram alocados emergencialmente e se somam a outros recursos já existentes no Orçamento, destinados às áreas de educação, saúde e, também, de perfuração de poços. Nesses R\$71 milhões para os poços emergenciais não estão incluídos cerca de R\$20 milhões da Funasa – Fundação Nacional de Saúde, que também se destinam à perfuração e recuperação de poços. Outros exemplos poderiam ser dados.

Gostaria de gastar um pouco de tempo para explicar como se estrutura o programa. Temos uma comissão gestora federal, da qual a Sudene tem a presidência, com a participação de representantes de todos os Estados; três representantes da Contag; representante da Confederação Nacional da Agricultura, da parte patronal; representantes da CNBB, do Ministério do Exército, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Fazenda. Enfim, trata-se de uma comissão bastante ampla, que deve co-gerir os recursos da seca.

As comissões estaduais têm uma formação semelhante, são presididas pelos governos estaduais, mas têm também a participação ampla da sociedade civil. E assim se repete nas comissões municipais.

As comissões estaduais e municipais são paritárias e representativas. São paritárias porque metade dos seus membros têm que ser, necessariamente, da sociedade civil: sindicatos dos trabalhadores rurais, sindicatos patronais de agricultura, igrejas, sejam evangélicas ou católicas, e organizações não-governamentais, inclusive aquelas dedicadas ao cooperativismo, ao associativismo e também à capacitação. São representativas porque os membros dessas comissões devem ser indicados pelas entidades, ou seja, é o sindicato dos trabalhadores rurais ou a federação do trabalhador rural que indica seu representante, é a igreja que indica o seu representante.

A intenção do Governo, ao instituir esse programa e ao organizá-lo dessa maneira, é que a ação resultante do assistencialismo que o Estado é obrigado a praticar – e tem que praticar no momento da emergência da seca – seja neutra; ou seja, não ocorra a manipulação, não se permita aquilo que ficou tristemente conhecido como "a indústria da seca". Não podemos permitir que, no final do século XX, se dê a instrumentalização político-eleitoral-econômico-financeira, como ocorria no passado. A seca não pode ser um elemento de dominação. E do Senhor Presidente da República nós temos a preocupação e também a recomendação para que atuemos nesse sentido.

Assim, entendemos que a única maneira de se evitar isso é a participação da sociedade. E esse critério vale para todos os Municípios e todos os Estados, independentemente do partido político a que se filiem os dirigentes dessas instituições.

A que se destina esse programa na área de atuação de alimento, de renda, tanto na parte do alistamento nas frentes de trabalho, como também no financiamento emergencial ou mesmo permanente, que deve ser priorizado não apenas pelo Banco do Nordeste, mas pelas demais instituições de crédito.

Quanto à água, quero recordar que, desde o início do programa, o Governo Federal assumiu a responsabilidade dos recursos para as obras estruturantes, como tem sido feito em todo o Nordeste. Este é o Governo que mais aplicou recursos na parte hídrica do Nordeste. Não é suficiente, como o próprio Senhor Presidente da República reconhece, mas é o maior volume de recursos jamais investido no Nordeste. A Paraíba é um bom exemplo disso, onde obras como Curemas e Mãe d'Água se destacam. É suficiente? Não. Esses recursos são insuficientes. Precisamos ampliar esse atendimento.

Quanto às obras emergenciais no que diz respeito à perfuração, recuperação de poços tubulares e também à instalação de salinizadores: são R\$ 71 milhões a que me referi do Pró-Hidro Emergencial e também cerca de R\$ 20 milhões da Funasa – Fundação Nacional de Saúde. Essa responsabilidade foi incumbida ao Governo Federal – e vou poder falar um pouco desse Pró-Hidro. No entanto, com o agravamento da seca, como bem falou aqui Nevinha, o Governo Federal abriu mais duas linhas de financiamento na parte de água. A primeira é da água na escola; existe um número vergonhoso de escolas no semi-árido que não têm nenhum tipo de abasteci-

mento d'água. Em uma parceria com o Ministério da Educação e com os batalhões de engenharia do Exército brasileiro, estamos disponibilizando cerca de R\$ 6,4 milhões para esse programa. Em relação ao carro-pipa, desde o início do programa, ficou muito claro, que seria a contrapartida de Estados e Municípios, sobretudo dos Estados. E assim foi feito em todos os Estados da Federação. No entanto, o Governo Federal, diante do agravamento da seca, coloca recursos à disposição pela via do Exército brasileiro.

Educação e Saúde – programas já existentes que podem e devem ser utilizados neste momento de emergência.

Distribuição de cestas de alimentos. São 2.934 mil cestas. A Sudene e o Comunidade Solidária definem os municípios e a quantidade de cestas. A Conab adquire essas cestas, disponibiliza-as e as entrega às comissões municipais, que são as responsáveis pelo alistamento das pessoas e a distribuição dessas cestas de alimentos.

Para chegar a esse número de aproximadamente três milhões de cestas de alimentos, a maior quantidade de alimentos já distribuída na história deste País, seja em seca ou em qualquer outra calamidade, obedecemos ao chamado mapa da fome, o mapa da indigência, que foi criado pelo Betinho, no início da década de 90.

Teoricamente, existem cestas de alimentos suficientes para atender a todas as famílias com renda familiar mensal menor que dois salários mínimos. Concordo com a colocação da Nevinha de que existe um desbalanceamento de municípios, uns ficam sub-representados e outros com excedentes. Portanto, apresentamos isso para que as comissões estaduais – compostas por governo e sociedade – tenham a capacidade de atender outros municípios, além dos já atendidos pelo Comunidade Solidária. Ou seja, dos 1.374 municípios, o Governo Federal, através do Programa Comunidade Solidária, já atendia cerca de 470 municípios na seca. O que foi acrescentado, este sim, é que pode ser remanejado de acordo com os critérios que sugerirem as comissões estaduais. Sei que é muito difícil chegar em um município como Cajazeiras ou Patos e dizer que existem cestas a mais, porque a assistência é como diz o matuto: "quando é pouco não dá, quando é muito não sobra". É mais ou menos como o crédito subsidiado.

De qualquer forma, fica a responsabilidade da comissão estadual de sugerir o remanejamento des-

ses recursos, que, como os senhores e as senhoras podem ver, não são poucos.

Por favor, o seguinte: a distribuição de cestas básicas por Estados. Na Paraíba, são 193 municípios, com 298.663 cestas, ou seja, 10% do número de cestas distribuídas em todo o Nordeste está destinado à Paraíba. Para o Ceará – já que está aqui o nosso Senador Sergio Machado – são 636 mil; para o Piauí – em homenagem ao Senador Elói Portela – são 284 mil cestas de alimento. Ainda nas cestas de alimentos, eu quero dizer que a Sudene se posicionou junto à Conab no sentido de que fossem introduzidos nas cestas de alimentos produtos locais, produzidos aqui no Nordeste, tais como o ovo – e temos uma avicultura pujante, bastante ampla e até espalhada no semi-árido – e também o leite, de modo a prestigiar os produtores locais e fazer com que esses recursos circulem pelo Nordeste, tendo em vista que o macarrão, o feijão, o arroz, a farinha, não são adquiridos aqui, e sim importados do Sul do País, adicionando ao custo de aquisição o custo do transporte destes alimentos.

Frentes produtivas. O alistamento é de 1.180 mil trabalhadores. Nós temos, inclusive, um adicional a ser distribuído além destes para os municípios que melhor se mobilizarem durante a seca, ou seja, aquelas comissões municipais que mais conseguirem ter a participação da sociedade e mais produzirem – e a produção aí não é necessariamente a obra física, podem ser os programas de alfabetização e capacitação – serão premiados.

Jornada de trabalho. Remuneramos com esses R\$80,00, sendo R\$65,00 do Governo Federal e R\$15,00 dos Governos Estaduais, à exceção do Piauí, que paga apenas R\$65,00, e do Ceará, que paga uma contrapartida de R\$25,00, chegando, portanto, a uma remuneração de R\$90,00. Portanto, esta, a remuneração de todos os Estados. A hora trabalhada é remunerada com o salário mínimo, exigindo-se como contrapartida – e devo reconhecer que a maioria das frentes não estão exigindo esta contrapartida – 27 horas no máximo, sejam dedicadas elas à alfabetização e capacitação – se está numa alfabetização solidária são 20 horas semanais; portanto se abate do total das 27 horas.

Vale dizer também que, no caso da inscrição das pessoas numa alfabetização solidária, o cabeça de família pode indicar uma outra pessoa da família – sua esposa, seu filho maior de idade que seja analfabeto – para freqüentar esses cursos de alfabetização. A Sudene define o número de vagas por Estado – houve um equívoco do Prefeito de Picuí

quando disse que a Sudene destinava quatrocentas e poucas vagas do seu município para Pedra Lava- da. Não; nós definimos um total de alistamentos por Estado e às comissões estaduais é que compete, a elas sim, fazer essa divisão. Este equívoco é natural e se repete em alguns outros Estados, porque, de início, houve uma relação de distribuição de cestas de alimento da Sudene, que era dada pelo seguinte critério: pegava-se a população rural, dividia-se pela metade e dividia-se essa metade por cinco, imaginando-se que cinco pessoas formem uma família em média. Esse foi o critério inicial para distribuição de cestas de alimentos para o mês de maio e junho, o que logo foi suplantado pelos números dados pelo mapa da fome. Depois, ao final, posso responder a perguntas; mas não definimos vagas, tanto é assim que, na Paraíba, respeitamos integralmente as frentes de trabalho que o Sr. Governador José Maranhão iniciou aqui. Vale dizer que a Paraíba atendeu na frente, abriu as inscrições dois meses antes, com um número menor de alistados e pagando também um salário, uma remuneração de R\$50,00. Iniciamos com 88 mil alistados aqui na Paraíba; hoje contamos com cerca de 108.409 mil alistados.

A Sudene define o número de vagas, as comissões estaduais definem essa divisão por município e as comissões municipais fazem o alistamento, também sendo encarregadas de colocar essas frentes em funcionamento.

A respeito dessa remuneração, que é repassada pela Sudene para os Estados, ainda repassamos para os Estados 20% a título de custeio para pagar os custos dos Programas de Alfabetização e Capacitação, mobilizados pelos Estados, para comprar equipamentos e ferramentas, que devem ser distribuídas pelas comissões municipais.

Número de alistados por Estados: Piauí – 119 mil; Paraíba – 108.409 mil; e o Ceará, em homenagem ao Senador Sérgio Machado, 250 mil, aliás, o Ceará é o Estado que tem a maior área e população atingidas pela seca.

Os recursos que iremos repassar até dezembro – no caso da Paraíba, R\$52.791,00 milhões; no caso do Piauí R\$51.069,00 milhões; no caso do Ceará R\$105.000,00 milhões – é um recurso substancial, que não existia no Orçamento, e foi criado por medida provisória pelo Senhor Presidente da República.

Já falei da premiação aos municípios com melhor desempenho na execução. Estamos abertos a ver e verificar as experiências de participação ao ní-

vel dos municípios e buscar premiá-los com maior número de alistamentos. O caso de alistamentos é como as cestas e o crédito, quando é pouco não dá, e quando é muito, também não sobra.

Consideramos prioritárias as áreas de atuação das frentes produtivas: alfabetização e capacitação, educação ambiental e capacitação para a convivência com o semi-árido.

É um absurdo que o Nordeste, a cada seca, seja pego desprevenido. Não apenas os governos – e aí temos que fazer uma autocrítica – mas as três instâncias de Governo e também a sociedade.

Costumo citar Cristo como exemplo. A primeira imagem que temos é o Cristo na manjedoura, forrado de feno, que nada mais é do um capim desidratado, utilizado para passar o período da estiagem e seca. Quem vive em um clima temperado, com estações climáticas bastante definidas, tem que reservar alimentos para o período da neve. Isso forçosamente, pois todo ano, por quatro meses, há o período da neve, época onde não se produz alimento. Por isso tem-se que desidratar e preparar os alimentos.

No Nordeste não utilizamos uma tecnologia rudimentar – e isso vale não apenas para o pobre, mas também para o mediano e para o rico. Nós, nordestinos, imagino que todos nós que estejamos aqui sejamos nordestinos de nascimento ou por adoção, temos que investir nisso. Só mudaremos a face social e econômica do Nordeste e do semi-árido se levarmos ao homem do campo a alfabetização para depois capacitá-lo. São dados alarmantes: o peso médio do caprino mestiço é de sete quilos a carcaça. Com um pequeno manejo, ou seja, a vacinação adequada, por exemplo – não estou falando em confiná-lo, nem tampouco em melhoramento genético, apenas falo em se ter um pouco mais de cuidado com o bode – e há estudos da Embrapa, salvo engano em Sobral, no Ceará, que comprovam isso – ele passa de sete para vinte quilos. Vejam bem, quase que tripla as proteínas disponibilizadas para o criador de bode que, em geral, é o mais pobre dos criadores. Há outros exemplos que podem ser citados do quanto a capacitação é necessária para inverter essa situação, até para que as pessoas possam exercer sua cidadania.

Recursos hídricos; construção de cisterna e tanques; poços amazonas e cacimbões; construção, recuperação e limpeza de barragens; açudes; barreiros; aguadas; construção e recuperação de adutoras.

Barragens, sobretudo, as de quota zero, feitas pelo Ceará e pelo Rio Grande do Norte, são simples,

aliás, o Prefeito de Monteiro referiu-se a elas, falando-nos das barragens subterrâneas, que também não exigem grande tecnologia, mas que dão um grande diferencial.

Infra-estrutura de saneamento básico; sistema simplificado de abastecimento de água; sistema de esgoto condominial; instalações sanitárias, simplificadas, enfim, obras que podem e devem ser feitas com mão-de-obra disponibilizada pelas frentes de emergência.

Temos a experiência de um projeto piloto, na Serra da Capivara, no Parque Nacional, que são as frentes ecológicas, em parceria com o Museu do Homem Americano. Quanto às frentes culturais, estamos tentando implementá-las em alguns Estados que se disponibilizaram, como o Ceará e Pernambuco, buscando prestigiar o artesanato nordestino, seja por meio da sua divulgação e da capacitação das pessoas que trabalham com ele.

Quanto à linha de crédito do Banco do Nordeste, eximo-me de falar, pois esse assunto já foi aqui colocado.

Pró-Hidro emergencial que busca instalar 3.612 poços, perfurar 3.297, recuperar 2.497 e implantar 760 salinizadores.

Por Estado, a distribuição de recursos: Piauí, R\$5.601.000,00; Ceará, R\$6.885.000,00 e Paraíba, R\$7.078.000,00. Na Paraíba, cerca de 20% da meta de perfuração de poços, de instalação de salinizadores já estão sendo atingidos. Esperamos que esse número possa ser ampliado.

Esse programa que envolve os Governos estaduais, o DNOCS, a Codevasf, a Fundação Nacional de Saúde e também os batalhões de engenharia do Exército Brasileiro que, na Paraíba, parece-me, atuaram muito no passado com o Pró-Hidro, e ainda continuam trabalhando este ano.

Quanto ao carro-pipa, ficou muito claro, desde o início do programa, que seria da responsabilidade de Estados e Municípios. Neste mês, assinamos um convênio com o Exército Brasileiro de modo a disponibilizar cerca de 1.060 veículos em 384 municípios – a Paraíba tem o maior número de municípios: 71 e 186 carros. Gastaremos, mensalmente, R\$372 mil. Esse programa está sendo coordenado pelo Exército brasileiro – repito – em complemento com o esforço de Estados e Municípios. Reputo como louvável esse esforço que até mesmo tem sacrificado as finanças desses Estados e Municípios.

O Programa Água nas Escolas se destina à construção de cisternas, caixas d'água, sanitários, lavatórios e local para preparação de merenda escolar de 8.415 escolas, em 755 municípios, beneficiando uma população de 1 milhão de alunos. Recurso de R\$6.400.000,00 do Banco Mundial por intermédio do Projeto Nordeste, do MEC, que nós, Sudene, estamos repassando para a Engenharia do Exército brasileiro. Esse é um número vergonhoso, injustificável! Não há como se construir uma escola sem a previsão de uma caixa d'água, de uma cisterna. Se não se pode construir um poço ou se colocar água encanada, que se construa um poço amazonas. Isso é básico, é o mínimo e elementar para se manter uma escola em funcionamento. Esse é um dado que envergonha a todos nós nordestinos.

Apesar de muito pequeno, este é o programa de alfabetização solidária e de alfabetização e capacitação, desenvolvido com o Comunidade Solidária e os Estados. O Piauí tem 15 mil participantes, o Ceará tem 24 mil e a Paraíba tem 35 mil. Esse número não está coerente com o número de alistados, porque parte desse esforço refere-se ao Programa Alfabetização Solidária, 200 mil vagas que estão sendo disponibilizadas para o Programa da Seca, para os alistados nas frentes produtivas. Apesar de insuficiente, talvez este seja o maior esforço de alfabetização realizado neste País; sequer o Mobral tem número comparável com este.

E este esforço não termina na seca: Os Municípios são eleitos – daí a não-correlação dos inscritos nas frentes com as vagas – a partir dos maiores índices de analfabetismo de cada Estado e de cada Município. Se hoje o Município tem 250 vagas no alfabetização solidária ou 500 vagas no alfabetização não-solidária, significa dizer que, no próximo ano, aumentará para 1.000 vagas e assim sucessivamente, até que erradiquemos o analfabetismo. Estamos aprendendo muito, são 347 mil vagas disponibilizadas, com a participação do Comunidade Solidária, que, repito, é nosso maior e melhor parceiro neste momento da seca.

Na próxima semana, estaremos assinando um convênio entre a Sudene, o Sebrae, o Senar e o Comunidade Solidária para, além daqueles 347 mil, colocarmos mais 38.250 alunos, com recursos de R\$ 21,6 milhões, sendo R\$ 13 milhões do Sebrae nacional, R\$ 3,8 milhões do Senar, R\$ 3,8 milhões da Sudene. Além desses recursos, o Sebrae nacional também disponibilizará R\$ 8 milhões para os Sebraes estaduais desenvolverem projetos na área da seca

de capacitação, de incentivo à renda e ao artesanato, entre outros.

Vale dizer que essa parceria apenas se inicia e que perdurará para o próximo ano, a fim de atendermos a um número bem maior de pessoas. Priorizaremos a área de atuação da Sudene, que será colocada à disposição da área de alfabetização e de capacitação.

Quanto ao Fundef, fizemos uma parceria com o Ministério da Educação e realizamos reuniões, seminários e conferências por todos os Estados nordestinos. Aqui na Paraíba, realizamos em João Pessoa e em Souza, como sede para a mobilização de diversos outros Municípios.

Quanto à intensificação dos programas do Ministério da Saúde, os agentes comunitários, o Programa de Saúde da Família, o Programa da Farmácia Básica, entendemos que é uma área prioritária e solicitamos ao Ministério da Saúde a intensificação desses investimentos.

Se o Sr. Presidente me permite, gostaria de encerrar minhas palavras e colocar-me à disposição de todos os presentes, após passar um pequeno vídeo, com o exemplo de Monteiro, na Paraíba. Disse ao Carlos Batinga que vou querer um **royalty** do Município, porque tenho feito muita propaganda da Paraíba e, particularmente, de Monteiro. Não queremos vender o exemplo das obras realizadas pelas frentes de emergência em Monteiro, mas queremos vender o exemplo da participação. O Prefeito falou – e muito bem – que existia um esforço anterior de envolvimento das comunidades e das associações comunitárias.

Em primeiro lugar, entrará a matéria do Paulo Henrique Amorim.

(Inicia-se a exposição do vídeo.)

"O que deveria ser a regra, tornou-se exceção e virou notícia, e uma boa notícia. Em Monteiro, uma cidadezinha no interior da Paraíba, as frentes de trabalho para as vítimas da seca, de fato, funcionam. Os alimentos não são desviados, a verba não vai para o bolso dos políticos e os moradores da cidade agradecem.

Essa é uma experiência positiva. Está na seção "Soluções".

"Feijão, arroz e macarrão, para a família de D. Áurea, que conhece de perto a fome, ter o que comer é motivo de muita alegria. A água nunca falta no poço do quintal. Há seis meses, cenas como essas eram impossíveis aqui em Monteiro, Município a 300

quilômetros de João Pessoa. A cidade foi uma das mais castigadas pela estiagem, rios desapareceram, não houve colheita e animais morreram.

– É muito difícil o dia amanhecer e não ter o que colocar no fogo

Como D. Áurea centenas de pessoas já não convivem mais com os horrores da seca, isso graças ao programa do Governo Federal, que foi um fracasso em muitas cidades do Nordeste, mas que deu certo no interior da Paraíba. As frentes produtivas de trabalho, conhecidas como frentes de emergência, cadastraram quatro mil famílias carentes, que hoje recebem cestas básicas. Mil e cem homens, que estavam desempregados por causa do fim da produção agrícola, ganham R\$80 por mês para fabricar tijolos e construir açudes, barragens e poços. Tem gente que vem de fora para buscar água. A cidade está ganhando uma melhor infra-estrutura, com a construção de escolas, recuperação de estradas e redes de esgotos. Os moradores de Monteiro atribuem o sucesso do programa à união das pessoas através de associações comunitárias. Quando a comunidade precisa, todo mundo põe a mão na massa.

– O povo começou a se unir, a se organizar, e que através de associações fica mais fácil conseguir as coisas; tudo mudou depois das associações."

O SR. JÚLIO SÉRGIO PEDROSA MOREIRA

– Fiz questão de colocar essa matéria porque o Paulo Henrique tem um programa de noticiário que é muito crítico, e aí está um testemunho isento. Cito o exemplo de Monteiro para dizer que, além da ampliação do número de vagas, ainda tenho esse compromisso com o Monteiro e outros municípios do Nordeste, que têm se destacado, vale dizer, não é apenas Monteiro – Monteiro é o que chegamos mais próximo -, para dizer que esses municípios que superaram as adversidades, investiram na mobilização, na participação da sociedade também serão eleitos parceiros prioritários da Sudene e do Governo Federal para o após seca. Queremos trabalhar assim com o Projeto "Base Zero", no Vale do Cariri, e outros programas que possamos priorizar. É muito importante.

Pode colocar o vídeo, para não demorar muito.

O telão prejudica um pouco a imagem.

(Continua a exposição do vídeo.)

— Essa emergência é diferente das outras, porque as outras tinham emergência, mas ninguém prestava serviço não. Era uma emergência que o povo só fazia, dizia que estava fixado mas não trabalhava. Essa não, essa o povo trabalha, o povo recebe bem todo o mês, o povo se interessa mais.

— Melhorou muito, cem por cento. Vivia água derramando no meio da rua, mas chegou essa frente de emergência e estão ajeitando os esgotos e tudo. A cidade vai ficar boa. Ficou bom agora.

A seca é um fenômeno natural que o nordestino conhece bem, ela sempre trouxe o desemprego, a miséria e a fome. Mas agora, com o Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca, o homem do campo também conhece a solução para conviver com a estiagem sem sofrimento: a participação efetiva da sociedade e dos representantes governamentais nas comissões municipais e estaduais.

Queria apresentar o resumo das realizações das fontes até a presente data. Foram limpos doze açudes, entre as obras iniciadas, as concluídas e as em execução. São 148 poços amazonas. Já foram feitos 342 mil tijolos, executadas duas passagens molhadas e recuperadas mais duas. Foram limpas 56 cacimbas. Já recuperamos 44 quilômetros de estradas, fizemos 12 tanques, duas escolas e uma sede de associação e concluímos 2.000 metros de rede de esgotos com ligação em 210 casas. A previsão é atender aproximadamente 500 casas naquele área.

É uma área muito pobre, as casas eram cobertas de papelão e tábua. Foram derrubadas e construídas novas casas. Não havia rede de esgoto e ele está fazendo tudo por conta da frente de emergência.

Não estou sem trabalho porque faço vários serviços: pedreiro, carpinteiro. Estou neste porque em uma emergência temos que agir.

Tem que fazer, mas tem que fazer certo desde o início. No início é a constituição da Comissão Municipal, que representa a sociedade na execução direta do programa e garante que as pessoas mais necessitadas sejam realmente atendidas. Nessa Comissão

devem estar presentes o Representante da Prefeitura, o Líder do Governo na Câmara, o Líder da Oposição, o Representante do Governo do Estado, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, das Igrejas, do Ministério Público e até três representantes de entidades profissionais ou organizações não-governamentais que atuem no Município.

Um dos pontos importantes que consideramos foi a participação efetiva das associações rurais. Quando iniciamos o trabalho das frentes produtivas, tínhamos em torno de 36 associações rurais. Todas foram convocadas a participar do trabalho, a ajudar, e todas atenderam ao chamamento. A seleção de pessoal foi feita pelas associações, pois conhecem mais as pessoas que moram em suas comunidades, conhecem realmente as pessoas que são mais carentes, seus problemas, do que mais precisam, suas prioridades.

Mas, veja bem, creio que o grande filão é que o administrador público brasileiro tem uma visão meio coronelista, querendo ele mesmo decidir e resolver. Aqui não, nesse tipo de comissão todos participam, todos apontam uma solução. A descentralização, para mim, é o segredo de tudo. É você buscar compor a solução de seus problemas. A distribuição de responsabilidades é realmente o grande filão, o grande segredo, se é que isso é segredo.

Já fizemos seis poços durante esse pequeno espaço e estamos terminando mais dois. Hoje temos em um 1.800 litros de água por hora, outro 1.000 litros e outro 800 litros. Para nós foi uma grande melhora, pois nossa maior pobreza era a água.

A frente de emergência está fazendo aqui cacimbão e estradas. Estou trabalhando mais em cacimbão e estradas. Fiz uma passagem molhada há pouco, para a emergência...

A emergência aqui está na continuação, ajeitando estrada, cavando poço, como esta lagoa, que vamos aprofundar. Creio que vai dar uma boa continuação.

Acho bom mesmo morar aqui, quando abro a porta e vejo um cercado com os bodes. Eu acho muito bonito.

Eu acho que o que está acontecendo aqui em nosso Município é exatamente isto,

a participação de toda a sociedade com um único objetivo: resolver problemas. Apesar de parecer ser simples, é preciso que a comunidade se envolva diretamente. Essa participação só se dá com empenho; não se dá de maneira fácil. Todo mundo aqui tem afazeres e precisa abrir mão de um certo tempo para poder participar da comissão efetivamente. Não é uma coisa tão simples, mas que merece a participação de todos, porque toda a comunidade será beneficiada.

Por exemplo, os presidentes das associações, que conhecem bem a zona rural, sabem que lá existem pessoas que necessitam de água e sabem que, se isso não for providenciado na sua área, seria até desnecessário essa pessoa viver. Então, por isso é que, graças a Deus, estamos tendo muito êxito. Faço parte desta comissão com muito carinho para que o trabalho seja ampliado.

Hoje, estamos trabalhando com 1.389 alistados, divididos em 56 frentes de trabalho. Há uma previsão de aumento na ordem de 500 vagas. Já reunimos a comissão e discutimos sobre essas vagas, como devem ser dirigidas e divididas com as comunidades rurais. Com essas 500 vagas, esperamos que 80% das necessidades da zona rural sejam supridas.

Nessa região da gente, as coisas estão diferentes. Há buraco por todo canto; só tá faltando é gente.

Aqui, tem amazonas, já existe catavento; Só tá faltando o inverno para a gente ter alimento. Sempre, sempre, represento e quero dizer a você: aqui no Sertão da gente – é preciso compreender – nós sofremos demais, mas somos duros de morrer.

Nessa emergência, a grande diferença é que foi feito um plano para serem executadas obras definitivas e que não servissem apenas para esse período de emergência, mas para estruturar o município para enfrentar as outras secas, que virão com certeza. Estamos estudando uma forma da utilização dessa água também para pequenas irrigações; não ficar somente para o consumo humano e dos animais. Na grande maioria dos pontos – já cavamos até o momento 148 poços amazonas –, é possível se utilizar o excesso para fazer pequenas irrigações e, com isso, dar mais sustentabilidade àquelas

famílias que vão se beneficiar dessa água, desse trabalho.

Hoje, um pouco desse tipo, que é o maior deles, com dez metros de diâmetro, tem acumulados cerca de 200 mil litros de água, sendo possível irrigar até 3 ou 4ha por gotejamento, o que dá para sustentar várias famílias, coisa que nunca ocorreu na região. Essa iniciativa tem de ser expandida para todo o município onde é possível, não nessa quantidade, mas em quantidades menores, fazendo sempre também um complemento da utilização dessa água para pequenas irrigações.

A água que se formar aqui vai ser para irrigação para ajudar a comunidade aqui do Sítio Quiri, para todos que trabalharam na associação. A água abastece a caixa, e o que sobrar da caixa vamos empregar na irrigação.

No meu terreno, tenho muitas culturas, como de tomate, feijão, milho, coentro, alface, pimentão, tudo isso por causa da irrigação. No lugar que tem água, tem tudo, tem vida; no lugar que não tem água, não tem vida.

Temos feito integração entre as ações da prefeitura, as ações possíveis através dos programas de emergência e as ações possíveis por conta de convênios entre o Governo do Estado e o Governo Federal. Está havendo uma integração total. Estamos fazendo uma complementação alimentar das pessoas carentes; todavia, para essa complementação alimentar existir, estamos exigindo a frequência à escola de todos os membros da família em idade escolar e o cartão de vacinação em dia das crianças até cinco anos de idade. Essa é uma forma de todos juntos executarem um trabalho bem estruturado, um trabalho que gere resultados e frutos para o futuro.

Esse programa especial de alfabetização solidária, que complementa outros da Prefeitura, está beneficiando 500 pessoas aqui no município. No entanto, como a demanda foi maior, o município está ampliando também esse atendimento, colocando à disposição dos interessados mais professores e mais salas de aula, pois o objetivo é atender toda a demanda e não ficar limitado ao que definiu o programa da seca – a Educa-

ção Solidária atenderia apenas 500 pessoas.

No caso específico do Programa Habitat Brasil, estamos utilizando o material comprado pelo programa e a mão-de-obra da frente de emergência. No caso do esgotamento sanitário, estamos em convênio com o Governo do Estado, utilizando a mão-de-obra da frente de emergência e o material fornecido pelo Governo do Estado. Para a recuperação de calçamento, no caso das cidades, estamos utilizando o material fornecido pela prefeitura e a mão-de-obra das frentes de emergência. Com isso, está havendo uma integração total entre todos os programas que existem.

Sabe-se que com a seca ninguém acaba. É preciso fazer alguma coisa para tornar possível o convívio com a seca. Ela é obra da natureza, não é dos homens. Os homens que estão no poder têm que fazer alguma coisa, têm que cuidar para que o homem do campo não inche as cidades. Seria muito bom que se fizesse isso não apenas no tempo da estiagem, mas de forma permanente, para o agricultor, porque o segurava mais em sua terra."

(Encerra-se a exposição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) — Queria agradecer a presença de todos e pedir desculpas aos componentes da Mesa, ao Superintendente, ao Secretário, aos três Senadores, aos representantes do Banco do Nordeste, do DNOCS, aos prefeitos por haver se alongado um pouco a nossa — e está sendo ótima — reunião. Nesta primeira reunião da Comissão, coletamos muitos dados.

Queria agradecer a presença de todos e pedir desculpas porque, como estou em campanha, está havendo um arrastão enorme e já me ligaram umas dez vezes insistindo na minha presença no arrastão. Peço a compreensão, pois terei de me ausentar.

Passarei a Presidência para o Senador Elói que dará continuidade às exposições — inclusive, o Relator também vai dar uma palavra. O Superintendente da Sudene se prontificou a responder algumas questões.

É triste ter de deixar esta reunião, mas seria ainda mais duro para mim não ir ao arrastão, uma vez que ele foi organizado por todas as lideranças para comemorar a nossa virada — de acordo com quatro pesquisas de opinião, conseguimos passar adiante de nossos adversários e estamos radiantes.

Daremos continuidade às reuniões em outros Estados e temos certeza de que esta Comissão apresentará sugestões importantes à Sudene, à Presidência da República, e o Senado vai se debruçar sobre as nossas indicações.

Deixando a condição de Presidente, queria pedir ao meu Superintendente e aos meus companheiros da Comissão que, depois, buscássemos também realizar uma reunião com o Banco do Brasil e com o Banco do Nordeste — principalmente esses agentes financeiros —, uma vez que temos recebido muita pressão aqui no Estado, principalmente com relação aos empréstimos feitos junto ao Banco do Brasil para aquisição de animais. Há casos de empréstimos que alcançaram o valor de R\$600 e o animal não vale mais nem R\$150. Além desse, temos alguns outros problemas, como o da ração: três meses de ração consomem o valor do animal hoje.

São muitos os problemas que temos de enfrentar. Não estamos aqui para criar problemas; nós queremos ajudar a encontrar soluções e esta Comissão será um elemento importante nessa união de esforços.

Muito obrigado a todos e, mais uma vez, peço desculpas.

Por gentileza, Senador Elói, assuma a Presidência. (Pausa.)

O SR. JÚLIO SÉRGIO MAYA — Já me referi à presença do Comandante Edson Ribeiro, oficial da Marinha, destacado pelo Ministro Paulo Paiva para gerenciar o Projeto Asa Branca. Este programa conta com 50 automóveis com antenas parabólicas, dirigidos pelos agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste. Esses automóveis devem monitorar todos os municípios nordestinos, que ficarão interligados online com Brasília e com a Sudene, de modo a identificar os problemas e ajudar a encontrar soluções.

Contamos ainda com um acordo com os ministérios públicos estaduais. De acordo com ele, serão encaminhadas ao Ministério Público todas as denúncias encaminhadas à Sudene, para se proceder à apuração. Inclusive, temos um acordo para que eles possam fazer esta apuração informalmente — nos casos em que não há má-fé, em que não há desvios de recursos ou de alimentos e em que há, eventualmente, apenas manipulação da constituição das comissões municipais, os Promotores Públicos agem de uma maneira informal, de modo a conservar a representatividade da comissão.

Temos, ainda, o serviço telefônico Disque-Seca da Sudene para receber qualquer tipo de denúncia.

Esta cartilha que distribuímos a todas as comissões municipais é bastante didática e explica com pormenores os detalhes do programa, como aqueles referentes à água, alimento, renda, educação, saúde etc. Na sua contracapa, encontram-se os telefones de todos os órgãos envolvidos com este programa federal de combate aos efeitos da seca.

Encerro a minha participação, agradecendo e colocando-me à disposição para perguntas.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Dr. Sérgio fica à disposição de todos para responder a qualquer pergunta.

O SR. SEBASTIÃO VASCONCELOS - Dr. Sérgio...

O SR. JÚLIO SÉRGIO MAYA – Pois não, Prefeito.

O SR. SEBASTIÃO VASCONCELOS – Recebi informações da Secretaria de Infra-Estrutura de que o número de vagas seria obtido dividindo-se por dois e depois por cinco e de que só 424 vagas haviam sido determinadas para o Município de Pedra Lavra da Sudene.

Trouxe essa informação, que recebi da Secretaria, que, por sua vez, me disse que quem a tinha disciplinado havia sido a Sudene. Agora, tomei conhecimento de que a Sudene não definiu esses critérios e que a Secretaria, realmente, é a responsável pela definição do critério para cada município.

Se fiz alguma referência negativa, peço desculpas, mas essa foi a informação da qual – repito – tomei conhecimento por meio de um órgão que é superior ao município.

Muito obrigado.

O SR. JÚLIO SÉRGIO MAYA – Prefeito, não há por que pedir desculpas, pois, nesse equívoco, boa parte do Nordeste incorreu. Realmente, em maio, quando começamos a discutir com os representantes dos Srs. Governadores o programa federal de combate aos efeitos da seca – vale dizer que este programa foi estruturado a partir de um diálogo franco, aberto e, às vezes, muito duro e pesado, como Batinga verificou ao participar de uma das reuniões muito tensas -, colocamos à apreciação a repetição daquele critério da primeira distribuição de cestas de alimentos. Então, isso foi passado para os municípios, primeiramente, pelos Estados.

Logo em seguida, resolvemos adotar essa maneira de trabalhar: damos o número e a comissão estadual o divide por município. Em alguns Estados,

como Pernambuco, foi repetido *Ipsius litteris* o critério da Sudene – o procedimento foi muito criticado, mas, na hora de aplicar, também foi utilizado.

Parece-me que o Piccoli quer fazer um esclarecimento.

O SR. PICCOLLI – Inclusive, Prefeito, cheguei à Secretaria de Infra-Estrutura recentemente, mas a informação que tenho é que aqui também foi seguido o critério da Sudene. Realmente, Amâncio, que na ocasião se encontrava à frente do programa, repetiu o critério da Sudene.

O SR. JÚLIO SÉRGIO MAYA – Creio que, com a ampliação do número de vagas em 20 mil, ou seja, com um crescimento de quase 25% no número de alistados, que era de 88 mil e passou, depois, para 98 mil, indo posteriormente para 108 mil -, ficou um misto entre os números anteriores e os da Sudene, os que já tinham sido alistados, tanto é assim que imagino não tenha qualquer município perdido vagas das inicialmente colocadas na Paraíba.

O SR. MANOEL BRANDÃO – Aqui farei referência às informações que recebi. Como o Estado, em uma atitude ousada, adiantou-se nas frentes de emergências, parece que ele adotou critérios diferentes, que, à época, atendiam à população urbana. Quando chegou o critério da Sudene de priorizar as populações rurais, isso causou enormes problemas porque eles tiveram de fazer remanejamentos. Então, parece que teve realmente grandes problemas no gerenciamento disso.

Quando houve esses últimos aumentos, parece que procurou concertar algumas distorções que haviam sido criadas pelo fato de o Estado haver bancado os dois primeiros meses das frentes de emergência. Então, há alguns problemas, mas o critério, na parte rural ao menos, é o que está sendo adotado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Alguém mais deseja fazer uso da palavra?

O SR. FRANCISCO MEDEIROS – Sou Francisco Medeiros, Presidente da Emater.

Eu gostaria de fazer um apelo à Comissão de Orçamento do Senado neste momento, em nome dos produtores rurais, com os quais a Emater tem responsabilidades e compromissos muito grandes, a respeito da medida provisória do crédito da estiagem.

Essa medida provisória foi instituída pelo Governo Federal, prevendo prioritariamente atender e salvar os rebanhos.

O que percebemos é que ela sofreu sérias distorções. Não é que eu seja contra o agricultor de estrutura familiar. Bem sabemos que ele é responsável por mais de 80% da produção agropecuária com a produção de renda básica dessas famílias. Mas o que se vê pelos dados apresentados pelo Banco, 80% dos recursos foram destinados ao público de estrutura familiar. Esse público, do ponto de vista social, apresenta necessidades realmente importantes. Contudo, ele não detém sequer 20% dos rebanhos para os quais destinou a medida provisória 450 milhões. Vêm, então, aqueles problemas que foram levantados pelos representantes dos municípios, pois quem realmente recebeu o financiamento anteriormente e detém os rebanhos não teve acesso a esse crédito.

Não queremos com isso condenar ou, até certo ponto, comprometer a atuação do agente financeiro. Estamos aqui em nome de uma instituição que tem compromissos com os produtores rurais, porque queremos também alertar essa Comissão que está aqui – e desejamos parabenizá-la por haver se deslocado de Brasília até o nordeste para sentir de perto as dificuldades.

É que eu quis confirmar o que a Nevinha, do Comunidade Solidária, disse. Sabemos que essa seca começa no dia 04 de outubro. Os Senhores, do Piauí e do Ceará, sabem muito bem – o Senador Ney já não está presente – que é realmente a partir dessa data que a seca vai acontecer, e haverá sérias repercussões junto aos rebanhos, porque os produtores de estrutura familiar foram largamente beneficiados, pois 80% do crédito ficou com eles, segundo informações do Banco.

Quem não teve a carta dos técnicos da Emater e do próprio sindicato para fazer jus a esse crédito, teria outra alternativa do crédito do Pronaf, que, segundo informações, é bastante abundante. Na realidade, as propostas em carteira são significativas, mas quanto a contratos efetivamente realizados, deixam muito a desejar.

Chamo a atenção desta Comissão, pelo modo como se deslocou para a Paraíba, para que se proceda um profundo estudo. É preciso também atentar para o fato de que, para o criador que sofre as consequências da estiagem, está-se dando, como opção, uma linha de crédito do Pró-Trabalho, cuja taxa de juros é de 3%, além da TJLP – e essa, possivelmente, na próxima semana, deverá alcançar 18%.

Tenho a coragem de dizer que estou orientando nossos técnicos para que não aconselhem nossos produtores rurais a adotar uma linha de crédito precipitadamente, porque essa taxa de juros, somada à TJLP – que deverá atingir 18% – é perversa. V. Ex's, que fazem as leis e aprovam os orçamentos, sabem que o que acabou com a agropecuária foi a TR. Hoje, sabemos que a TR está em torno de 5%. Será colocada em prática, a partir da próxima semana, para o produtor – principalmente o do Nordeste, que está sofrendo as consequências da estiagem – a correção da TJLP de 18%.

Não estou fazendo críticas ao único agente financeiro que está atuando na região, qual seja, o Banco do Nordeste. Lamentavelmente, o Banco do Brasil, que já foi um grande agente financeiro e que tem uma boa "capilaridade", está totalmente alheio, sem sequer procurar saber do fenômeno.

Fazendo, portanto, o apelo para que V. Ex's, ao discutirem com bastante profundidade, atentem para tudo isso, uma vez que, com a TJLP, nem o produtor rural do Sul está conseguindo sobreviver – imaginem, então, o do Nordeste, que está enfrentando problemas seriíssimos.

Lamentavelmente, aqui não se encontram membros da Federação dos Trabalhadores, tampouco da Federação dos Produtores Rurais da Paraíba. Sr. Mário e eu tínhamos, hoje de manhã, tentado conversar com V. S's, para que levássemos esses problemas ao conhecimento de todos os presentes, a fim de que subsídios sejam obtidos e os problemas apresentados à Comissão de Orçamento do Senado para que sejam essas questões estudadas.

Temos informações acerca da existência de uma minuta, em estudo, de medida provisória que trata da retirada da TJLP dos fundos constitucionais. Precisamos estar conscientes de que o produtor rural não terá como, na situação específica do Nordeste, pelas condições em que vive, pagar a TJLP, que é suicida e perversa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradecemos a palestra do Dr. Sérgio Moreira e concedemos a palavra ao Dr. Brandão.

O SR. MANOEL BRANDÃO – Minha intervenção restringe-se a um esclarecimento no tocante à medida provisória. Na verdade, ela estabelece que o agricultor de base familiar deverá receber um mínimo de 50% dos recursos alocados. E isso significa R\$225 milhões. Não se estabelece esse valor como teto e, sim, como piso. De modo que o banco bus-

cou atender essa parcela de produtores. Dentre todos os que enfrentam a inclemência desse período de estiagem, essa parcela é a que menos condições reúne para a sua sobrevivência. Essa priorização permitiu não só que atingíssemos o percentual estabelecido pela medida provisória como também que alavancássemos mais 30%. Na realidade, não se trata de uma distorção da aplicação da medida provisória, que é muito explícita no tocante a esse aspecto.

Aproveito a oportunidade para me solidarizar com o Prefeito de Pedra Lavrada, Sr. Sebastião Vasconcelos, pela exposição feita sobre a situação de seu Município. Eu gostaria de dizer que as propostas dos pequenos produtores que não foram atendidas com os recursos da estiagem o serão dentro das linhas do Pronaf, onde há um rebate de 50% dos encargos. Acredito que seja possível e adequado esse tipo de recurso.

Ao amigo Batinga quero dizer que aceito a sugestão de tentarmos alavancar a cultura do algodão por meio da inclusão de pelo menos um hectare nos custeiros. Conte com a nossa participação!

Complementarei a opinião do Superintendente Sérgio Moreira em relação ao Projeto Asa Branca – ao fazê-lo, cumprimento o Cel. Edson, que está presente. Essa tem sido mais uma forma de atuação do banco com o objetivo de ajudar as iniciativas do Governo Federal no combate aos efeitos da estiagem. Sessenta agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste estão se dedicando ao projeto praticamente em regime integral. Recentemente, o Cel. Edson fez uma reunião em Fortaleza com os 60 agentes, para fazer uma avaliação que se revelou positiva.

Estas eram as observações que eu tinha a fazer.

Continuo à disposição dos presentes para responder a outros questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Alguém deseja fazer mais perguntas? (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, concedo-a ao Relator da Comissão, Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, o objetivo da Comissão está muito voltado para aquela filosofia chinesa de que "mais vale uma olhadela que 100 quilos de papel!". Portanto, queremos fazer reuniões como esta; audiências em todas as partes do Brasil, para podemos avaliar boas experiências, como a do Monteiro.

Creio que os brasileiros somos muito críticos; gostamos de propagar as coisas erradas, mas para as certas não há espaço na mídia. Temos que incentivar, estimular cada vez mais as boas experiências.

Sérgio, assistindo à sua exposição sobre a democratização da seca, lembrei-me da minha experiência no Ceará. Em 1987, quando eu era Secretário do Governador Tasso Jereissati, criamos um grupo de ação comunitária exatamente para transferir o poder. O que fazia a distorção na administração da seca era o poder arbitrário de apenas uma pessoa, que acabava por utilizá-lo politicamente.

Tenho conversado muito com você e o que me estimula bastante em relação à democratização são os critérios adotados nas decisões. Muitas vezes não os aceitamos, mas temos que nos conformar, porque existem e são válidos para João, Maria ou Teresa. Não nos conformamos quando eles são válidos somente para alguns.

Essa tem sido a sua administração, o que é altamente positivo.

O objetivo desta Comissão é discutir o emergencial, que foi muito bem exposto, com transparências inclusive. Apresentamos os programas e os projetos, mas precisamos sair da visão do presente e começar a discutir o futuro. Porém, temos que mudar o paradigma. Até o nome do nosso órgão inclui "combate à seca". A seca é um fenômeno natural, que não será extinto. Temos que conviver com a seca. Devemos dar condições ao homem de conviver com a seca, para que exista uma ocupação econômica no interior do Nordeste.

Atualmente, percebemos que a seca está se transformando numa grande atividade econômica. Na verdade, o homem vive da subsistência e só tem trabalho nos meses de inverno. O que ele faz nos outros meses? Com o desaparecimento do algodão mocó, aquele produzido durante todo o ano, desapareceu a atividade econômica do segundo semestre e foi dizimado o rebanho, já que era o alimento. O nosso interior passou a viver de quê? Quem vive no interior, como prefeitos que estão aqui, sabe que, hoje, o comércio do interior do Nordeste funciona apenas quando o aposentado recebe ou quando a Prefeitura paga. Temos que mudar essa filosofia e estabelecer mecanismos de convivência, Superintendente Sérgio.

A atividade pública não termina com a construção da obra; ela só deve terminar quando a obra estiver funcionando do ponto de vista econômico e social. Quando formos fazer um açude, precisamos sa-

ber pâra que ele servirá. Há açudes cuja água está apenas evaporando. Sabemos que, por ano, um terço da água de um reservatório é desperdiçado no Nordeste.

Temos que mudar a cultura. Devemos partir do futuro para o presente, definindo exatamente para onde queremos ir. Este é o desafio que deixo aos órgãos do Governo Federal, para que possamos fazer uma discussão sobre o caminho a seguir.

Hoje existem grandes açudes, mas os municípios em que estão situados esses açudes estão em estado de emergência. No Ceará, o Município de Orós, onde se encontra o maior açude do Estado, está em situação de emergência. Sendo assim, temos que mudar esse conceito, essa filosofia. A água só tem sentido quando utilizada como um bem econômico. A água será o grande bem e um grande recurso do próximo século.

Se chegasse uma pessoa de Marte no Nordeste e visse a água que possuímos e a utilização que damos a ela, com certeza não aprovaria mais nenhum investimento em recurso hídrico. Estamos usando muito mal a pouca água que temos.

Precisamos mudar esse conceito, definir parâmetros e avançar, para que possamos alcançar o objetivo de proporcionar uma atividade estável e trabalho durante todo o ano à população, gerando, dessa forma, renda.

Superintendente Sérgio, temos que preparar a população. Não basta alfabetizar. Temos que prepará-la para a vida. Só a alfabetização não faz grande diferença no mundo globalizado. Não há tanta diferença entre alguém com um ano de educação que concorre com quem tem 11 anos de educação. Assim, devemos aproveitar essa experiência para irmos além da alfabetização e chegarmos à capacitação.

No interior, no segundo semestre, poderíamos criar círcos ou escolas móveis que preparassem, treinassem e capacitassem a comunidade para uma atividade econômica prioritária. Essa é a visão do desenvolvimento tecnológico.

O grande problema do Nordeste é que não dominamos a tecnologia de irrigação. No meu Estado, há vários projetos de irrigação que não estão produzindo nada depois de muito tempo. Precisamos dominar a tecnologia de irrigação e promover choques culturais. Pelo Nordeste afora, nos debates que tra-

vamos, muitos agricultores reclamam que não podem pagar a energia de um projeto de irrigação. Isso acontece porque o agricultor tem uma cultura inadequada para a irrigação.

São esses os desafios que temos de enfrentar. Queremos discuti-los nesta Comissão, a fim de aprofundar este assunto e de encontrar uma solução para o problema. A seca será um fenômeno igual ao da neve em um país frio. Conviveremos com a seca, sem que a vida das pessoas seja desorganizada. As pessoas continuarão a trabalhar. Dessa forma, o nosso homem poderá trabalhar durante não apenas três meses por ano. Com a nossa produtividade, se trabalharmos apenas durante três meses, seremos eternamente pobres.

O que precisamos é gerar riquezas, e o Nordeste tem condições, com suas características, de dar grandes saltos, inclusive na agroindústria e na agricultura, desde que se possa colocar ao nosso lado a tecnologia disponível hoje. Precisamos usar essa tecnologia como elemento de emancipação e de geração de riquezas. Esse deve ser o nosso grande objetivo.

Devemos marcar um outro debate. Hoje falamos muito bem sobre emergência, sobre o que está aí. Mas para onde vamos, qual é o caminho, qual é a nossa proposta? Temos que responder essas perguntas para que, quando chegar 2010, não estejamos discutindo a mesma coisa que estávamos discutindo há cem anos – mais uma seca, mais uma frente de emergência, mais gente sofrendo, mais famílias desorganizadas.

Queremos avançar. Que a cada ano possamos fazer obras permanentes, obras que mudem essa situação e emancipem a região. Esse é o nosso objetivo na Comissão; foi por isso que a criamos e foi com esse objetivo que todos os Senadores dela participaram. Que possamos oferecer à sociedade uma alternativa que leve em consideração o futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elói Portela) – Agradeço a presença de todos os que aqui se encontram – a daqueles que fizeram palestra, em especial. Agradeço aqueles que trouxeram para esta Comissão depoimentos autênticos, que muito enriqueceram os nossos trabalhos.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h07min.)

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

Portaria nº 267, 02/99
P/ Mme. Bernardo Bucci
Assessor de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO Nº 2, DE 1999

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam extintas a partir de 1º de março de 1999, todas as Comissões constituídas por Portarias do Primeiro-Secretário e Diretor-Geral no exercício de 1998.

I - Ficam excluídas, de que trata o *caput* deste artigo, as Comissões Permanentes de Licitações.

Art. 2º. As Comissões Especiais e demais comissões no âmbito do Senado Federal e Órgãos supervisionados serão nomeadas, a partir da publicação deste Ato, nos termos do art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senador RONALDO CUNHA LIMA
Primeiro-Secretário

ATOS DO DIRETOR-GERAL

Republicado em 26/02/99
José Paulo Bonfim Caboclo
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**(*) ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 825, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003177/99-8,

RESOLVE designar o servidor FREDERICO AUGUSTO RONDON NETO, matrícula 4210, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 02 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 25 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 26-2-99

Publicado em 16.02.99
Miguel

Miguel Bento Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 856, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.679/98-7

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **FERNANDO BRAGA DOS SANTOS**, no cargo em comissão de *Secretário Parlamentar*, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da *Constituição da República Federativa do Brasil*, por ter implementado as condições para aposentar-se no período compreendido entre a edição da *Lei nº 8.112/90*, e o advento da *Lei nº 8.647/93*, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 26 de fevereiro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publicado em 16.02.99
Miguel

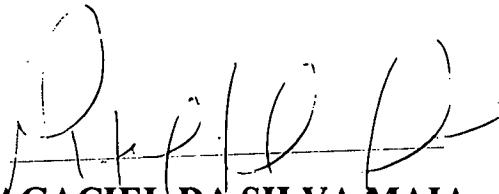
Miguel Bento Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 857, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003567/99-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **ALAN ROGER FAGUNDES CALDEIRA**, matrícula 30946, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Luzia Toledo, a partir de 1º de março de 1999.

Senado Federal, 26 de fevereiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

26 02 99
José Agaciel da Silva Maia - Diretor-Geral
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 858, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003568/99-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **JANETE RIBEIRO**, matrícula 30957, do

cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Luzia Toledo, a partir de 1º de março.

Senado Federal, 26 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Pontos 26.02.99
P/ dese. Wanilde Boratto - Subsec.
Mesa do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 859, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003569/99-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **WANILDE CARLOS DA SILVA**, matrícula

30937, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Luzia Toledo, a partir de 1º de março de 1999.

Senado Federal, 26 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

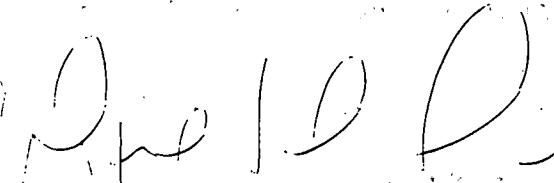
 26.02.99
p/ h. s. na forma de seu escrivão
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 860, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003560/99-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ RONALDO VIEIRA SALES JÚNIOR**, matrícula 30942, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Moreira Mendes, a partir de 24/02/1999.

Senado Federal, 26 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

26/02/99
p/ o Senador Geraldo Cândido
Comitê do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 861, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003482/99-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, os servidores abaixo relacionados, lotados no Gabinete do Senador Geraldo Cândido:

NOME DO SERVIDOR	MATR.	CARGO
Edmee da Conceição Ribeiro Cardoso	30954	Secretário Parlamentar
William Viane de Paiva	30950	Secretário Parlamentar

Senado Federal, em 26 de Fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se: 26/02/99
M. C.

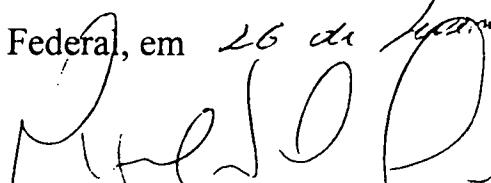
José Luiz Petelha Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 862, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003482/99-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LINDINOR SÁ LARANGEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Cândido.

Senado Federal, em 26 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

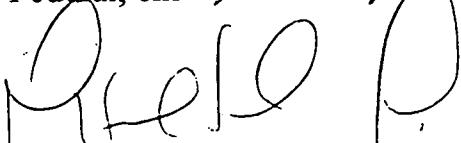
Publicado em 26/02/99
José Paulo Belotti Cubucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 863, DE 1999

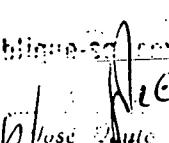
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003482/99-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAMUEL TOSTA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Cândido.

Senado Federal, em *26 de fevereiro de 1999.*


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publicação 26.02.99

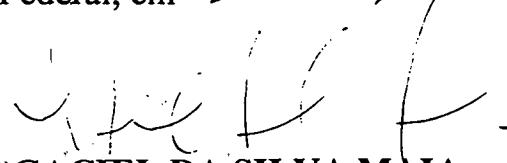

José Augusto Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 864, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003573/99-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA HELENA DE MAURO SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Luzia Toledo.

Senado Federal, em


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

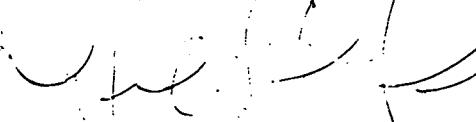
Publicado em 26/02/99
José Fausto Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 865, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003572/99-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EVANDRO VIANA GOMES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Luzia Toledo.

Senado Federal, em 26 de fevereiro de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Puhlig 26/02/99
José Cláudio Lacerda Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 866, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003574/99-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AUGUSTO SÉRGIO OLIVEIRA COLA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Luzia Toledo.

Senado Federal, em

26 de fevereiro de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

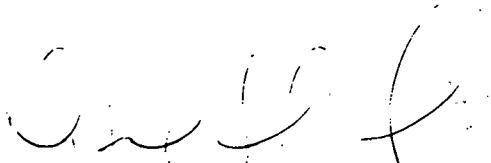
26/02/99
WLC
Rosetta Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 867, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003585/99-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO DONIZETE ARRUDA LINHARES**, matrícula 30565, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, 26 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

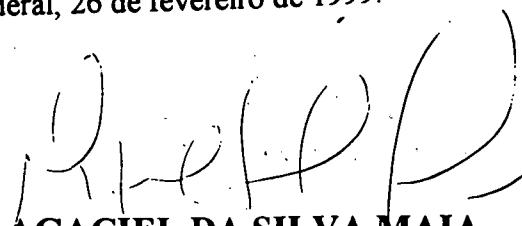
Publicado em 26/02/99
p/ Msc. Lucio Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 868, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003570/99-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **WALTER DE MIRANDA RAMOS**, matrícula 30945, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Luzia Toledo, a partir de 1º de março de 1999.

Senado Federal, 26 de fevereiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

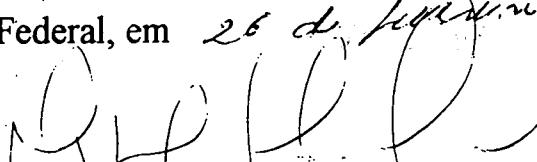
Publicado em 26/02/99
P/ o/a Mário Botelho Cobucci
Assistente do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 869, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003571/99-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **REGINA COELI FIRME DO ESPÍRITO SANTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Luzia Toledo.

Senado Federal, em


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

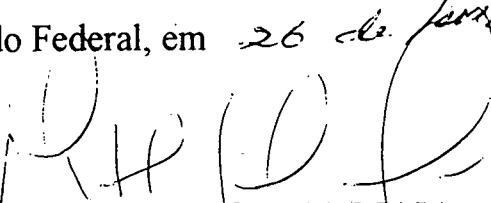
Publicou-se em 26/02/99
Ass. Mário Morelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 870, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003586/99-5,

R E S O L V E exonerar **LEYANE MAGALHÃES FERREIRA**, matrícula nº 30204, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PSDB, e nomeá-la, na forma do disposto no artigo 9º da Lei 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 26/02/99
Nº 26
José Paulo Botelho Cobuci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 871, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001679/99-6,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO DE LISBOA RIBEIRO BOMFIM, matrícula 4927, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Juvêncio Dias, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 29 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 26 de fevereiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: (Vago)

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. (Vago)
4. (Vago)

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. (Vago)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 26.2.99)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)
CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
- VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA (Ramal 3972)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: FERNANDO BEZERRA

VICE-PRESIDENTE: BELLO PARGA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

FERNANDO BEZERRA	RN - 2461/2467	1- GERSON CAMATA	ES - 3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS - 1207/1607	2- PEDRO SIMON	RS - 3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG - 4018/4621	3- ROBERTO REQUIÃO	PR - 2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF - 4064/4065	4- ALBERTO SILVA	PI - 3055/3057
MAGUITO VILELA	GO - 3149/3150	5 - MARLUCE PINTO	RR - 1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM - 3104/3106	6-MAURO MIRANDA	GO - 2091/2097
RAMEZ TEbet	MS - 2221/2227	7-WELLINGTON ROBERTO	PB - 3194/3195
NEY SUASSUNA	PB - 4345/4346	8- AMIR LANDO	RO - 3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT - 2291/2297	9- JOÃO ALBERTO SOUZA	MA - 4073/4074

PFL

JORGE BORNHAUSEN	SC - 4200/4206	1- JOSÉ AGRIPIINO	RN - 2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG - 2411/2417	2- JOSÉ JORGE	PE - 3245/3246
EDISON LOBÃO	MA - 2311/2317	3- ROMEU TUMA	SP - 2051/2057
BELLO PARGA	MA - 3069/3072	4- BERNARDO CABRAL	AM - 2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/2272	5- EDUARDO SIQUEIRA	TO - 4070/4072
		CAMPOS	
FREITAS NETO	PI - 2131/2137	6- GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/2047
PAULO SOUTO	BA - 3173/3175	7- MOZARILDO CAVALCANTI	RR - 1160/1163

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17	1-PAULO HARTUNG	ES - 1129/7020
PEDRO PIVA	SP - 2351/2355	2- ÁLVARO DIAS	PR - 3206/3207
SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/2287	3- LUIZ PONTES	CE - 3242/3243
OSMAR DIAS	PR-2121/2125	4- ROMERO JUCÁ	RR - 2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT - 1248/1348	5-VAGO	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPlicy - PT	SP-3213/3215	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/2347	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/2397	3- ROBERTO FREIRE	PE - 2161/2164
ROBERTO SATURNINO	RJ - 4229/4230	4- MARINA SILVA	AC - 2181/2187
JEFFERSON PERES	AM - 2061/2067	5- HELOISA HELENA	AL - 3197/3199

PPB

LUIZ OTÁVIO	PA - 3050/4393	1- ERNANDES AMORIM	RO - 2255/2257
-------------	----------------	--------------------	----------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3^{as} feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

GERALDO CÁNDIDO
MARINA SILVA - PT
EMILIA FERNANDES
HELOISA HELENA
TIÃO VIANA

RJ-2171/72
AC-2181/87
RS

1-SEBASTIÃO ROCHA
2-LAURÓ CAMPOS - PT
3-RÔBERTO FREIRE
JOSÉ EDUARDO DUTRA
4-JEFFERSON PERES

DF-2341/47

PPB

PTB

**REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515**

**SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 4's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-MARINA SILVA - PT	AC- 2181/87
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-HELOISA HELENA	
JEFFERSON PERES		4- EDUARDO SUPLICY	

PPB

PTB

**REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA N° 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315**

Atualizada em: 23/02/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)**

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

**SEBASTIÃO ROCHA
HELOISA HELENA**

**EMILIA FERNANDES - PDT
ROBERTO SATURNINO
MARINA SILVA**

RS-2331/37

**1- GERALDO CÁNDIDO
2- ANTONIO CARLOS
VALADARES
3- LAURO CAMPOS
4- TIÃO VIANA
JEFFERSON PERES**

PPB

PTB

**REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604**

**SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121**

**(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5's feiras às 14:00 hs.**

Atualizada em: 23/02/99

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS	1-EDUARDO SUPILCY - PT	SP-3215/16
SEBASTIÃO ROCHA	2- ROBERTO SATURNINO	
TIÃO VIANA	3- EMILIA FERNANDES	

PPB

PTB

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 **FAX: 311-3546**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

**ANTONIO C. VALADARES
EDUARDO SUPLICY
GERALDO CÂNDIDO
ROBERTO FREIRE**

**SE-2201/07
SP**

**1-EMILIA FERNANDES
2- TIÃO VIANA
3- JOSÉ EDUARDO DUTRA
4- ROBERTO SATURNINO**

RS-2331/37

PPB

PTB

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607**

**SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)
FAX: 311-3286**

**(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 3's feiras às 14:00 hs.**

Atualizada em: 23/02/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPILCY - PT

SP-3215/16

1-GERALDO CÂNDIDO

RJ-2171/72

JOSÉ EDUARDO DUTRA

2-ROBERTO SATURNINO

JEFFERSON PERES

PPB

PTB

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 23/02/99

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM OMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	PFL
	PMDB
	PSDB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
PPB + PTB	

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 04/01/99

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	PFL
	PMDB
	PSDB
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)
	PPB + PTB

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

**ALA SENADOR NILO COELHO
SALA N° 06 - telefone: 311-3254**

ATUALIZADA EM: 04/01/99

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES PMDB	
JOSE FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
DJALMA BESSA	1 - JOEL DE HOLLANDA
	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	
PPB	
LEVY DIAS	
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	1 - EMÍLIA FERNANDES
TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 26/02/99.

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº **920001-2**. Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº **170500-8**, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do **FUNSEEP**, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS